

Jorge Duarte

De: António Dias da Silva <dias.silva@apambiente.pt>
Enviado: 14 de abril de 2023 12:16
Para: Jorge Duarte
Cc: Mariana Pedras
Assunto: EIA 1587/2022 - Pedreira "Pinhal do Catelas" - Parecer da CA - Delegação de assinatura

Importância: Alta

Procedimento de avaliação de impacte ambiental

EIA 1587/2022

450.10.229.01.00051.2022

PL20220804006959

Projeto: Pedreira "Pinhal do Catelas", na Quinta do Valadares, Pinhal do Catelas

Proponente: Chambicor - Construção Civil e Investimentos Imobiliários, Lda.

Freguesia: Setúbal/Seixal/Corroios

Entidade Licenciadora: DGEG

Na impossibilidade da minha presença, na qualidade de representante da APA/ARH do Tejo e Oeste, na assinatura do Parecer da Comissão de Avaliação relativo ao Projeto da Pedreira "Pinhal do Catelas", cujo proponente é Chambicor - Construção Civil e Investimentos Imobiliários, Lda., venho por este meio delegar a minha assinatura, no Presidente da respetiva Comissão de Avaliação do referido procedimento, Dr. Jorge Duarte.

Com os melhores cumprimentos,

António Dias da Silva

Técnico superior

Divisão de Planeamento e Informação

Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste



Rua Artilharia Um, 107
1099-052 Lisboa
(+351) 21 843 04 00
apambiente.pt

Proteja o ambiente. Pense se é mesmo necessário imprimir este email!

Jorge Duarte

De: Eurico Fernandes (DGEG) <Eurico.Fernandes@dgeg.gov.pt>
Enviado: 14 de abril de 2023 15:56
Para: Jorge Duarte
Assunto: EIA 1587/2022 - Pedreira "Pinhal do Catelas" - Parecer Final da CA - V0 - Delegação de assinatura - Procº 20516 (PL Nº 469)

Procedimento de avaliação de impacte ambiental

EIA 1587/2022

450.10.229.01.00051.2022

PL20220804006959

Projeto: Pedreira "Pinhal do Catelas", na Quinta do Valadares, Pinhal do Catelas

Proponente: Chambicor - Construção Civil e Investimentos Imobiliários, Lda.

Freguesia: Setúbal/Seixal/Corroios

Entidade Licenciadora: DGEG

Boa tarde, caro colega

Conforme solicitado, no seu mail de 2023ABR14, na qualidade de representante da Direção Geral de Energia e Geologia, venho por este meio **delegar a assinatura, do referido Parecer Final da Comissão de Avaliação, no Dr Jorge Duarte**, Presidente da referida Comissão.

Com os melhores cumprimentos,

Eurico Fernandes
Técnico superior

Direção de Serviços de Minas e Pedreiras
Direção Geral de Energia e Geologia



Av. 5 de Outubro, 208 (Edifício Santa Maria)
1069-039 Lisboa
Tel: (+351) 217922795
Correio eletrónico: eurico.fernandes@dgeg.gov.pt
Web Page: <http://www.dgeg.gov.pt/>

Jorge Duarte

De: Ricardo Ressurreicao <ricardo.ressurreicao@lneg.pt>
Enviado: 13 de abril de 2023 11:29
Para: Jorge Duarte
Assunto: EIA 1587/2022 - Pedreira "Pinhal do Catelas" - Parecer Final

Bom dia,
Concordo com o parecer final.
Deste modo, enquanto representante do LNEG nesta CA, delego a minha assinatura no seu coordenador,
Dr. Jorge Duarte.
Cumprimentos
Ricardo Ressurreição

Ricardo Ressurreição

Unidade de Geologia, Hidrogeologia e Geologia Costeira
Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.
Estrada da Portela, Bairro do Zambujal - Alfragide
Apartado 7586 - 2610-999 Amadora
Tel: +351 210924600/1 ext.:4134

ricardo.ressurreicao@lneg.pt

www.lneg.pt

- AVISO -

Esta mensagem de correio eletrónico e quaisquer dos seus ficheiros anexos, caso existam, são confidenciais e destinados apenas à(s) pessoa(s) ou entidade(s) acima referida(s), podendo conter informação confidencial, privilegiada, a qual não deverá ser divulgada, copiada, gravada ou distribuída nos termos da lei vigente. Se não é o destinatário da mensagem, ou se ela lhe foi enviada por engano, agradecemos que não faça uso ou divulgação da mesma. Se recebeu esta mensagem por engano, por favor avise-nos de imediato, por correio eletrónico, para o endereço acima e apague este e-mail do seu sistema.
Obrigado.

- NOTICE -

This e-mail transmission and eventual attached files are intended only for the use of the individual or entity named above and may contain information that is confidential, privileged and exempt from disclosure under applicable law. If you are not the intended recipient, or if you have received this transmission in error, please immediately notify us by e-mail at the above address and delete this e-mail from your system.
Thank you.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

Declaração

Na impossibilidade do Dr. José Luís Negreiros Monteiro, representante da DGPC na Comissão de Avaliação do projeto “EIA 1587/2022. Pedreira Pinhal do Catelas”, estar presente na assinatura do referido parecer, vimos por este meio delegar a sua assinatura no Presidente da referida Comissão, o Dr. Jorge Duarte.

Lisboa, 13 de abril de 2023

Maria Catarina Coelho

Subdiretora-Geral

Jorge Duarte

De: Sónia Cristina Redondo Caeiro | DSP - Setubal <sonia.caeiro@arslvt.min-saude.pt>
Enviado: 12 de abril de 2023 18:06
Para: Jorge Duarte
Assunto: RE: EIA 1587/2022 - Pedreira "Pinhal do Catelas" - Parecer Final, V0, solicito resposta até 14/04/2023

Olá, boa tarde

Concordo com o parecer de CA, pelo que delego a minha assinatura no presidente da CA, Dr. Jorge Duarte.

Com os melhores cumprimentos,
Sónia Caeiro,
Engenheira Sanitarista
Área Funcional de Engenharia Sanitária - Setúbal
Departamento de Saúde Pública



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.

REGIONAL HEALTH ADMINISTRATION OF LISBON AND TAGUS VALLEY, I.P.

Rua de Damão, n.º 1 - 3.º Dto.

2900-340 Setúbal

TEL: +351 265 531 200/211 FAX: +351 265 532 631

sonia.caeiro@arslvt.min-saude.pt

www.arslvt.min-saude.pt

PENSE ANTES DE IMPRIMIR

Seja responsável na partilha de informação e/ou dados pessoais nos e-mails que envia.

De: Jorge Duarte <jorge.duarte@ccdr-lvt.pt>

Enviado: 12 de abril de 2023 16:02

Para: António Dias da Silva <dias.silva@apambiente.pt>; Mariana Pedras <mariana.pedras@apambiente.pt>; arht.geral@apambiente.pt <arht.geral@apambiente.pt>; Ricardo Ressurreição <ricardo.ressurreicao@lneg.pt>; telma.antunes@lneg.pt <telma.antunes@lneg.pt>; Sónia Cristina Redondo Caeiro | DSP - Setubal <sonia.caeiro@arslvt.min-saude.pt>; SES Setubal | DSP - Setubal <ses.setubal@arslvt.min-saude.pt>; DSP - Engenharia Sanitária | ARSLVT <dsp.afes@arslvt.min-saude.pt>; 'José Luis Monteiro' <jlmonteiro@dgpc.pt>; jmarques <jmarques@dgpc.pt>; Eurico Fernandes (DGEG) <Eurico.Fernandes@dgeg.gov.pt>; Ricardo David Guerra Coelho de Oliveira (DGEG) <Ricardo.Oliveira@dgeg.gov.pt>; Dama dsa <helena.silva@ccdr-lvt.pt>

Assunto: EIA 1587/2022 - Pedreira "Pinhal do Catelas" - Parecer Final, V0, solicito resposta até 14/04/2023

Procedimento de avaliação de impacte ambiental

EIA 1587/2022

450.10.229.01.00051.2022

PL20220804006959

Projeto: Pedreira "Pinhal do Catelas", na Quinta do Valadares, Pinhal do Catelas

Proponente: Chambicor - Construção Civil e Investimentos Imobiliários, Lda.

Freguesia: Setúbal/Seixal/Corroios

Entidade Licenciadora: DGEG

Olá, boa tarde,

Junto envio versão 0 do parecer final do projeto em assunto, para comentários, sugestões e/ou correções que considerem.

Por falta de disponibilidade de agenda não foi possível realizar a reunião final da CA.

Dado estarmos em cima do prazo final, solicitamos a vossa resposta com a maior urgência, até 6ª feira, 14 de abril de 2023.

Agradeço igualmente, caso concordem com o conteúdo do documento, uma resposta individualizada com a vossa delegação de assinatura.

Desde já agradecemos a vossa compreensão pelo prazo curto pedido.

Muito obrigado.

Jorge Duarte

Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental



Rua Alexandre Herculano, 37, 1250-009 Lisboa, Portugal

T: +351 213 837 100 F: +351 213 837 192

jorge.duarte@ccdr-lvt.pt

<http://www.ccdr-lvt.pt/>



REPÚBLICA
PORTUGUESA

COESÃO TERRITORIAL

Jorge Duarte

De: Helena Silva
Enviado: 12 de abril de 2023 18:47
Para: Jorge Duarte
Assunto: Delegação de assinatura

Procedimento de avaliação de impacte ambiental

EIA 1587/2022

450.10.229.01.00051.2022

PL20220804006959

Projeto: Pedreira "Pinhal do Catelas", na Quinta do Valadares, Pinhal do Catelas

Proponente: Chambicor - Construção Civil e Investimentos Imobiliários, Lda.

Freguesia: Setúbal/Seixal/Corroios

Entidade Licenciadora: DGEG

Boa tarde

Relativamente ao Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental supra mencionado, venho por este meio delegar a assinatura do Parecer Final da CA no Dr. Jorge Duarte coordenador do referido projeto.

Cumprimentos

Helena Silva

Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental

Direcção de Serviços de Ambiente

Rua Alexandre Herculano, 37
1250-009 Lisboa

T: +351 213 837 100

F: +351 213 837 192

M: +351 000 000 000




geral@ccdr-lvt.pt

www.ccdr-lvt.pt

Anexo II

Pareceres Externos

Lisboa e Vale do Tejo
Centro Nacional de Exposições (CNEMA) Quinta das Cegonhas,
2000-471 SANTARÉM

 www.icnf.pt | rubus.icnf.pt
 gdp.lvt@icnf.pt
 243306530

CCDRLVT
Rua Alexandre Herculano 37
Lisboa
1250-009 LISBOA

vossa referência	nossa referência	nosso processo	Data
<i>your reference</i>	<i>our reference</i>	<i>our process</i>	<i>Date</i>
S00063-202301- DSA/DAMA 450.10.229.01.00 051.2022	S-007008/2023	P-004550/2023	2023-02-15
Assunto <i>subject</i>	Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental. Pedido de parecer externo. Projeto: Pedreira "Pinhal do Catelas" Localização: Quinta do Valadares, Pinhal do Catelas, Setúbal/Seixal/Corroios Proponente: Chambicor - Construção Civil e Investimentos Imobiliários, Lda. Entidade Licenciadora: DGEG		

Ex.^{mo(a)} Senhor(a),

Em resposta ao solicitado no V/ ofício com a referência S00063-202301-DAS/DAMA, relativamente ao assunto em epígrafe, informa-se o seguinte:

Projeto

1. O projeto consiste no Plano de Pedreira da Pedreira denominada “Pinhal do Catelas”, em fase de projeto de execução, estando sujeito ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), nos termos do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro, sendo acompanhado do respetivo Estudo de Impacte Ambiental, com vista ao licenciamento da exploração, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro.

O proponente é a CHAMBICOR - Construção Civil e Investimentos Imobiliários, Lda., que será a entidade exploradora.

A pedreira, já em atividade, possui um conjunto de instalações anexas para apoio à atividade extrativa que inclui uma unidade industrial de lavagem e classificação de areias com licenciamento autónomo nos termos do Sistema de Indústria Responsável.

A área proposta para a pedreira é de 74,5 ha.

A exploração da areia será realizada a céu aberto e em cava com recurso a degraus direitos e patamares. Para a extração da areia serão utilizados meios mecânicos (movidos a gásóleo), sendo o desmonte realizado por escavação na frente de desmonte. Os trabalhos de desmonte



serão desenvolvidos em bancadas com 7 m de altura separadas por patamares com 6 m de largura. As bancadas terão uma inclinação de 60º que combinada com a largura dos patamares irá resultar num ângulo geral de talude na ordem dos 35º.

Enquadramento da área de intervenção do projeto no Sistema Nacional de áreas Classificadas

2. A área proposta para a pedreira não se insere no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Na sua proximidade localiza-se a Zona Especial de Conservação Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira - PTCON0054, classificada pelo Decreto-Regulamentar n.º 1/2020, de 16/3, Sítio de Interesse Comunitário aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto, a cerca de 500 m para Sudeste e a Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, pertencente à Rede Nacional de Áreas Protegidas, a cerca de 2,5 km para Oeste.

Enquadramento da área de intervenção do projeto no Programa Regional de Ordenamento Florestal

3. No que se refere ao enquadramento da área de intervenção do Projeto Pedreira "Pinhal do Catelas" no Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo, há a referir:
 - Localiza-se no município do Seixal no qual são aplicáveis as normas de intervenção nos espaços florestais, quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal estabelecidas pelo Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT), aprovado pela Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 13/2019, de 12 de abril e alterada pela Portaria n.º 18/2022, de 5 de janeiro, e retificada pela Declaração de Retificação n.º 97-A/2022, de 4 de março;
 - Não é abrangida por “Corredores ecológicos” estabelecidos e definidos no PROF LVT;
 - Integra territórios florestais, ocupado predominantemente por povoamentos de pinheiro-bravo;
 - Integra a Sub-Região Homogénea (SRH) *Península de Setúbal* que assume as funções gerais dos espaços florestais de produção, de proteção e de recreio e valorização da paisagem. As normas de silvicultura, e aplicáveis ao planeamento florestal, a aplicar nesta SRH correspondem às normas das funções referidas atrás.

Constituem objetivos específicos da SRH *Península de Setúbal*:

- Aumentar a produtividade por unidade de área;
- Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento das atividades de recreio;
- Minimizar os efeitos de pragas e doenças;
- Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infra-estruturas;
- Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal-adaptados às condições ecológicas da estação.



Na SRH Península de Setúbal devem ser privilegiadas as espécies florestais estabelecidas no artigo 34.º do PROF LVT, referindo-se a título de exemplo, as espécies já existentes no local, Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) e Sobreiro (*Quercus suber*) e as indicadas no Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística: Medronheiro (*Arbutus unedo*); Pinheiro-manso (*Pinus pinea*); Cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*); e Carvalho-português (*Q. faginea subsp. broteroi*).

O PROF LVT, nos termos do seu art.º 8º, estabelece como objetivo e promove como prioridades “... a defesa e a proteção de determinadas espécies florestais que, pelo seu elevado valor económico, patrimonial e cultural, pela sua relação com a história e cultura da região, pela raridade que representam, bem como pela sua função de suporte de habitat, carecem de especial proteção, designadamente:

a) Espécies *protegidas* por legislação específica:

i) Sobreiro (*Quercus suber*)- Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 155/2004, de 30 de junho, 29/2015, de 10 de fevereiro e 11/2023, de 10 de fevereiro;

ii) Azinheira (*Quercus rotundifolia*)- Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 155/2004, de 30 de junho, 29/2015, de 10 de fevereiro e 11/2023, de 10 de fevereiro;

iii) Azevinho espontâneo (*Ilex aquifolium*)- Decreto-Lei n.º 423/89, de 4 de dezembro;

b) *Exemplares* espontâneos de espécies florestais que devem ser objeto de medidas de proteção específica:

i) Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*);

ii) Carvalho-roble (*Quercus robur*);

iii) Teixo (*Taxus baccata*).

Assim, deve ser levado em conta o referido objetivo e prioridades, que se articulam com o disposto em legislação específica referente a espécies arbóreas e arbustivas protegidas, nomeadamente o Decreto-Lei nº 169/2001 de 25 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei nº 155/2004 de 30 de Junho, relativo à proteção do sobreiro e da azinheira e o Decreto-Lei n.º 423/89, de 4 de Dezembro, relativo à proteção do azevinho.

A eventual afetação de sobreiros na área do projeto deve garantir o cumprimento das respetivas medidas de proteção, que se aplica à espécie bem como a pequenos núcleos e não só aos povoamentos. Esta condicionante é válida independentemente da existência de representação na planta de condicionantes do PDM, uma vez que existe prevalência das disposições da legislação de proteção do sobreiro e azinheira sobre os regulamentos ou quaisquer normas constantes de instrumentos de gestão territorial, conforme estabelece o artigo 7.º do referido diploma.

Em visita ao local realizada em 03/02/2023, verificou-se a existência de sobreiros de forma dispersa ou em pequenos núcleos – no caso dos núcleos, terá que ser aferido o seu valor ecológico, pois caso o valor ecológico seja considerado elevado, nos termos do art. 1ºA aditado



ao Decreto-Lei n.º 169/2001, 25 de maio pelo art.º 2º do Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho, aplicam-se os mesmos procedimentos referentes aos povoamentos de sobreiros.

O Decreto-Lei nº 92/2019, de 10 de julho, estabelece o regime jurídico aplicável ao controlo, à detenção, à introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas, concretizando uma das medidas previstas na Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 (ENCNB 2030). Pelo que, tendo sido identificadas na área de intervenção a presença de espécies exóticas invasoras devem ser adotadas medidas de minimização que reduzam o risco ecológico associado ao potencial impacto negativo, suscetível de ameaçar a diversidade biológica e os serviços dos ecossistemas, através do cumprimento das normas de silvicultura preventiva e operações silvícolas mínimas identificadas como SPeOPS3 - Controlo de invasoras lenhosas no PROF LVT.

Áreas Florestais Sensíveis

Da análise efetuada verificou-se o seguinte:

- A área de intervenção coincide parcialmente com Áreas Florestais Sensíveis (AFS);
- A área de intervenção coincidente com AFS abrange apenas áreas com suscetibilidade a pragas.

Neste seguimento, as intervenções a executar no âmbito do Projeto Pedreira "Pinhal do Catelas": que intercedem territórios florestais integrados em AFS, identificadas na Carta de Síntese do PROF LVT, devem respeitar obrigatoriamente as normas aplicáveis ao planeamento florestal em áreas florestais sensíveis, designadamente, ZSCE15 – Suscetibilidade a pragas e doenças, definidas no ponto 1.2.8. no Capítulo E do Documento Estratégico do PROF LVT.

Ainda neste âmbito e, no que se refere às áreas ocupadas por pinheiro bravo, deverá ser dado cumprimento ao Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 123/2015, de 3 de julho, com a Declaração de Retificação n.º 38/2015, de 1 de setembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro, referente às medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controle do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP), - nomeadamente a obrigatória intervenção de Operadores Económicos/Profissionais Registados na Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) que farão os necessários Manifestos de Exploração Florestal de Coníferas, considerando corte, arranque, desramação, retirada e/ou destocamento de sobrantes e transporte - bem como cumprimento ao Decreto-lei n.º 173/88, de 17 maio, em caso de cortes prematuros e cumprimento ao Decreto-Lei n.º 31/2020, de 30 de junho, que estabelece a obrigatoriedade de declaração de corte, corte extraordinário, desbaste ou arranque de árvores de espécies florestais (MCA).

Análise ao Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental

No Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental (*E.223414.03.001.jm*) é efetuado o enquadramento da área de intervenção da Pedreira de Areia "Pinhal do Catelas" no PROF LVT, sendo identificada de forma correta a SRH *Península de Setúbal*, e as respetivas funções gerais dos espaços florestais. São igualmente descritos os objetivos comuns a todas as Sub-Regiões Homogéneas (SRH).

São ainda descritas a espécies florestais a privilegiar para a respetiva SRH, identificadas na alínea a) do PROF LVT (Grupo I). É descrita a incidência parcial da pedreira em área classificada como Áreas Florestais Sensíveis (AFS).



Neste seguimento, as intervenções a executar no âmbito do Projeto Pedreira "Pinhal do Catelas": que intercedem territórios florestais integrados em “Áreas Florestais Sensíveis” (AFS), identificadas na Carta de Síntese do PROF LVT, devem respeitar obrigatoriamente as normas aplicáveis ao planeamento florestal em áreas florestais sensíveis, designadamente, ZSCE15 – Suscetibilidade a pragas e doenças, definidas no ponto 1.2.8. no Capítulo E do Documento Estratégico do PROF LVT.

No entanto, verifica-se que não foram descritos os objetivos específicos de ordenamento para a SRH *Península de Setúbal*, entendendo-se como pertinente ter os mesmos em consideração no presente EIA, particularmente, no âmbito da implementação do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (**PARP**).

O projeto Pedreira “Pinhal do Catelas” apresenta o **PARP** onde está prevista a *restituição imediata do coberto vegetal nas áreas exploradas de modo a valorizar a área do ponto de vista biofísico, através do seu enriquecimento florístico*. O Plano prevê, entre outras ações, *a instalação de um estrato arbóreo e arbustivo que inclui espécies bem-adaptadas às condições edafoclimáticas da região, nomeadamente, pinhal manso em associação com carvalhal, de forma a recriar um espaço florestal sustentável e biodiverso onde sejam criadas situações de clareira/orla/bosque/bosquete, recorrendo inclusivamente a plantas arbustivas e herbáceas autóctones*. É apresentado o elenco de espécies arbóreas a plantar, estando identificadas algumas das espécies florestais a privilegiar (do Grupo I e II) para a SRH *Península de Setúbal*.

Recomenda-se que a recuperação paisagística seja feita através da instalação por sementeira, excecionalmente plantação, de um estrato arbóreo e arbustivo, bem como seja ponderada a ecologia e adaptabilidade das espécies elencadas às condições edafoclimáticas do local, particularmente, do *Pinus pinea* e do *Prunus lusitanica*, e a integração de outras espécies florestais autóctones a privilegiar para a SRH *Península de Setúbal*.

A realização de ações nos espaços florestais integrados na SRH *Península de Setúbal*, como os existentes na área do Projeto “Pedreira "Pinhal do Catelas", deve obedecer às orientações constantes das normas de intervenção e modelos de silvicultura que se encontram definidos, respetivamente, nos Anexos I e II do Regulamento do PROF LVT.

As orientações constantes nas normas técnicas estabelecidas no âmbito do PROF LVT têm um alcance para além da silvicultura e devem ser adequadas à escala local em função dos objetivos preconizados para a área de intervenção. Assim, no projeto em análise a função de proteção deve ser privilegiada, pelo que deve ser assegurada, no âmbito da implementação do PARP, a presença de um coberto vegetal adequado que potencie esta função, sendo este determinante para a proteção da rede hidrográfica e proteção contra a erosão hídrica e recuperação do solo.

A função de proteção engloba subfunções das quais se entende como relevantes, a proteção da rede hidrográfica, a proteção contra a erosão hídrica, a proteção microclimática e ambiental, a recuperação de solos degradados e a mitigação das alterações climáticas. Dentro de cada subfunção as normas de intervenção são apresentadas por objetivos de gestão florestal ou por intervenções florestais concretas com vista a potenciar aquela função em particular do espaço florestal da SRH. Como tal, as normas a aplicar para cada uma destas subfunções estabelecidas no Documento Estratégico – Capítulo E do PROF LVT, contribuem para potenciar a função de proteção, sendo definidos objetivos da gestão e intervenções florestais específicas a considerar no âmbito do planeamento florestal para esta função.



O processo de recuperação paisagística da pedreira prevê um conjunto de medidas cautelares entendendo-se que possam ser integradas outras medidas aplicáveis às intervenções florestais, tendo em consideração as medidas de intervenção comuns do PROF LVT estabelecidas no Anexo III do regulamento do PROF LVT, bem como as específicas por SRH Península de Setúbal.

Por fim importa referir que no mesmo relatório é feita referência ao seguinte:

“Ainda que este programa não vincule diretamente promotores particulares, o cumprimento dos seus normativos é garantido pela articulação do mesmo com o PDM em vigor na área em estudo, garantido assim o cumprimento dos seus objetivos gerais.”

No entanto, esta informação encontra-se incorreta pelo que deve ser corrigida no RS EIA, atendendo ao seguinte:

1. Os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) são instrumentos de gestão territorial setoriais, previstos na Lei de Bases da Política Florestal (LBPF), aprovada pela Lei n.º 33/96, de 17 de agosto, que estabelecem normas específicas de utilização e exploração florestal dos seus espaços, com a finalidade de garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados. O regime jurídico dos PROF resulta da conjugação do disposto na Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual, com as disposições especificamente definidas no Regime jurídico dos programas e planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 65/2017, de 12 de junho, e com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 11/2019, de 21 de janeiro;
2. Estes programas desenvolvem, a nível regional, as opções e os objetivos da Estratégia Nacional para as Florestas, cuja atualização foi aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro, que definiu as respetivas normas de execução. Os PROF são, assim, importantes instrumentos de gestão setorial, definindo as orientações para níveis de planeamento florestal a jusante;
3. Os princípios orientadores da política florestal, consagrados na LBPF, determinam que a floresta, pela diversidade e natureza dos bens e serviços que proporciona, deve ser reconhecida como um recurso natural renovável, essencial à manutenção de todas as formas de vida, e como tal, considera que a exploração, conservação, reconversão e expansão da floresta são de interesse público, sem prejuízo do regime jurídico da propriedade. Mais estabelece que os detentores de áreas florestais são responsáveis pela execução de práticas de silvicultura e gestão, de acordo com normas reguladoras da fruição dos recursos da floresta, e de modo sustentável para responder às necessidades das gerações presentes e futuras;
4. Em termos de vinculação externa importa ter presente que os PROF vinculam não só as entidades públicas, mas também vinculam, direta e imediatamente, os particulares, em conformidade com o disposto no n.ºs 5 e 6 do art.º 4º do Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de Janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 65/2017, de 12 de junho, e com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 11/2019, de 21 de janeiro, relativamente: “a) à elaboração dos planos de gestão florestal; b) às normas de intervenção nos espaços florestais; c) aos limites de área a ocupar por eucalipto”, ficando excluídas do disposto anteriormente as normas com incidência territorial urbanística;



5. No que se refere à vinculação jurídica o artigo 3.º do RJGT estabelece no n.º 1 que *os programas territoriais vinculam as entidades públicas*, no n.º 2 que *os planos territoriais vinculam as entidades públicas e, direta e imediatamente, os particulares*, e n.º 3 que *o disposto nos números anteriores não prejudica a vinculação direta e imediata dos particulares relativamente às **normas de intervenção sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais***.

Risco de incêndio

Com recurso à Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal presente no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do município do Seixal, atualmente em vigor, o projeto ocupa as classes de perigosidade Baixa, Média e Alta, com uma ocupação de 32,36 hectares na classe de perigosidade Baixa, 12,03 hectares na classe de perigosidade Média e 0,16 hectares na classe de perigosidade Alta.

O n.º 1 do artigo 60º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro refere:

- "*Nas áreas das APPS correspondentes às classes de perigosidade de incêndio rural «elevada» e «muito elevada», delimitadas na Carta de Perigosidade de Incêndio rural ou já inseridas na planta de condicionantes do plano territorial aplicável, nos termos do n.º 6 do artigo 41.º, em solo rústico, com exceção dos aglomerados rurais, são interditos os usos e as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento e obras de edificação.*"

A alínea d) do n.º 2, do Artigo n.º 60 refere:

- "*Excetuam-se da interdição estabelecida no número anterior:*

(...)

d) *Obras destinadas a utilização exclusivamente agrícola, pecuária, aquícola, piscícola, florestal ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos, desde que a câmara municipal competente reconheça o seu interesse municipal e verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições:*

- i) *Inexistência de alternativa adequada de localização fora de APPS;*
- ii) *Adoção de medidas de minimização do perigo de incêndio a adotar pelo interessado, incluindo uma faixa de gestão de combustível com a largura de 100 m em redor do edifício ou conjunto de edifícios;*
- iii) *Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo;*
- iv) *Inadequação das edificações para uso habitacional ou turístico.*"

De acordo com o n.º 5 do art.º 49º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13/10, nos estabelecimentos industriais, as entidades gestoras ou, na falta destas, os proprietários das instalações, são obrigados a proceder à gestão de combustível numa faixa envolvente com uma largura padrão de 100 m.

O artigo n.º 61 do Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de Outubro, refere:

- "*Sem prejuízo do artigo anterior e nos números seguintes, as obras de construção ou ampliação de edifícios em solo rústico fora de aglomerados rurais, quando se situem em território florestal ou a menos de 50m de territórios florestais, devem cumprir as condições cumulativas*", enunciadas nas alíneas a), b), c) e d).

Deve ser assegurada a compatibilidade do projeto com as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, preconizadas no Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro, na sua redação atual, em matéria de servidões administrativas previstas no n.º 1 do artigo 56.º, designadamente, a rede secundária de faixas de gestão de combustível, o



condicionamento da edificação nos termos do artigo 61.º do referido diploma e o condicionamento de outras atividades, como a utilização de maquinaria e equipamentos nos âmbito dos trabalhos a realizar, nos termos do artigo 69.º.

O proponente está ainda obrigado a cumprir todas as obrigações legais presentes na atual legislação em vigor pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Regional da Conservação da Natureza e Florestas de LVT

 Assinado de forma
digital por RUI MANUEL
FELIZARDO POMBO

Rui Pombo

Documento processado por computador, nº S-007008/2023

À
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Rua da Alexandre Herculano, 37
1250-009 Lisboa

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
Anúncio	3.Jan.2023	REN - 1073/2023 RPEI 188/2023	13/02/2023

Assunto: Proc.º AIA - Pedreira “Pinhal do Catelas” Parecer específico relativo às Redes Nacionais de Transporte de Transporte Eletricidade

Exmos. Senhores,

No seguimento do pedido formulado pelo Anúncio de 3 janeiro pp, as concessionárias das atividades de transporte de gás através da Rede Nacional de Transporte de Gás (“RNTG”) e de transporte de eletricidade através da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (“RNT”), respetivamente, REN - Gasodutos, S.A. (“REN-G”) e REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. (“REN-E”), com a presente missiva pretendem compilar as informações consideradas relevantes para vossa consideração sobre as zonas de servidão da RNTG e RNT e eventuais interferências com as servidões destas infraestruturas na área de implementação deste projeto, considerados os pressupostos e princípios expostos de seguida.

I. Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT)

A RNT é constituída pelas linhas e subestações de tensão superior a 110 kV, as interligações, as instalações para operação da Rede e a Rede de Telecomunicações de Segurança.

A constituição das servidões destas infraestruturas decorre do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas aprovado pelo Decreto-lei n.º 26852, de 30 de julho de 1936, com as atualizações introduzidas pelos Decreto-lei n.º 446/1976, Decreto-lei n.º 186/1990 e Decreto Regulamentar n.º 38/1990.



A servidão de passagem associada às linhas da RNT consiste na reserva de espaço necessário à manutenção das distâncias de segurança aos diversos tipos de obstáculos (por exemplo, edifícios, solos, estradas, árvores).

Considerando os condutores das linhas elétricas aéreas nas condições definidas pelo “*Regulamento de Segurança de Linhas Aéreas de Alta Tensão*” (RSLEAT), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/1992, de 18 fevereiro, no Capítulo III (Condutores e cabos de guarda para linhas aéreas), artigos 26.º a 33.º e no Capítulo VIII (Travessias e cruzamentos nas linhas aéreas), artigos 85.º a 126.º, são definidas as distâncias de segurança a estabelecer as quais podem ser resumidas no seguinte quadro:

Distâncias apresentadas em (m)

Obstáculos	Linhas elétricas aéreas		
	150 kV	220 kV	400 kV
Solo	6,8	7,1	8
Árvores	3,1	3,7	5
Edifícios	4,2	4,7	6
Estradas	7,8	8,5	10,3
Vias férreas não eletrificadas	7,8	8,5	10,3
Vias férreas eletrificadas	14	15	16
Outras linhas aéreas	4 (a)	5 (a)	7 (a)
Obstáculos diversos (Semáforos, iluminação pública)	3,2	3,7	5

(a) considerando o ponto de cruzamento a 200 m do apoio mais próximo

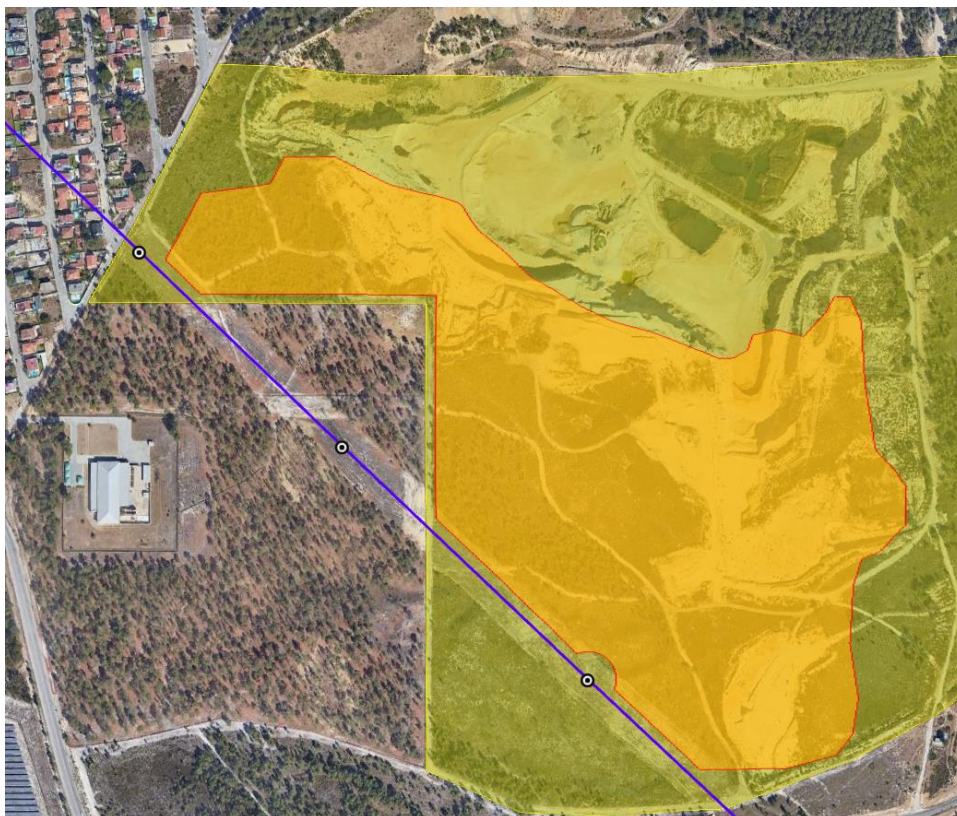
Está também legislada uma zona de proteção da linha, na qual são condicionadas, ou sujeitas a autorização prévia, algumas atividades, nos seguintes termos:

- a) Para as linhas cujo licenciamento ocorreu até 18 fevereiro de 1992, a zona de proteção tem uma largura máxima de 50 m, conforme definido no parágrafo único do art.º 81.º do RSLEAT aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 46847/1966, de 27 janeiro, com a redação estabelecida no Decreto Regulamentar n.º 14/1977, de 18 fevereiro;
- b) Para as linhas com data de licenciamento posterior a 18 fevereiro de 1992, a zona de proteção tem uma largura máxima de 45 m, conforme definido no ponto 3-c do art.º 28.º do RSLEAT, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/1992, de 18 fevereiro.

II. Condicionantes impostas pelas servidões da RNTGN e RNT

Embora a zona de lavra da “*Pedreira ‘Pinhal do Catelas’*” não se sobreponha a servidões de infraestruturas integradas na concessão da REN-E, a Linha dupla Fernão Ferro - Trafaria 1/2, a 150 kV

(com faixa de servidão de 50 m) entre os apoios 10 e 12, fica no interior dos limites da pedreira, como identificado no procedimento ambiental em Consulta Pública:



Conforme estabelecido no Anexo II do Decreto-lei n.º 340/2007, de 12 de outubro, a bordadura de explorações mineiras deve garantir uma *zona de defesa* com uma distância mínima de 30 m a “*Postes elétricos aéreos de média e alta tensão, postos elétricos de transformação ou de telecomunicações*”.

Embora no procedimento em consulta pública seja indicado que se prevê que a “*extração de areia seja realizada com recurso a meios mecânicos sem necessidade de uso de explosivos*”, sendo uma exploração a céu aberto o principal risco a considerar na localização de uma *pedreira* na vizinhança de linhas elétricas aéreas reside na possível projeção de pedras em resultado de um possível desmonte com recurso a explosivos, as quais podem provocar danos quer nos condutores quer nas cadeias de isoladores, neste caso com prejuízo do isolamento da linha podendo colocar em causa a sua continuidade de serviço.

Continuam válidas as condições definidas na carta REN - 10052/2021, de 16 dezembro, constante do procedimento ambiental em Consulta Pública e que se anexa.

Face ao exposto para a implantação deste projeto sobre servidões integradas na RNT é necessário:

1. Na faixa de servidão da linha (com uma largura de 50 m centrada no seu eixo) não podem ser realizados quaisquer trabalhos em altura sem aprovação prévia da REN-E;
2. Deve ser garantida uma zona de segurança mínima, à cota da base de cada apoio da infraestrutura da RNT e delimitada a 30 m da sua área de implantação, nos termos do Decreto-lei n.º 340/2007, de 12 de outubro;
3. Para a execução de trabalhos de conservação e manutenção das infraestruturas da RNT, garantia de acesso com viatura à zona de segurança mínima de cada apoio localizado no interior dos limites da pedreira, o qual deve ter uma largura mínima de cerca de 5 m;
4. Em caso de exploração a céu aberto e com desmonte por explosivos, deve ser apresentado à REN-E, para aprovação prévia, o plano de lavra com a descrição da mitigação de riscos na infraestrutura da RNT;
5. Qualquer trabalho a realizar na faixa de servidão da infraestrutura da RNT deve ser acompanhado por técnicos da REN para garantia de condições de segurança, quer da instalação, quer dos trabalhos a realizar pelo promotor. Para esse efeito a REN deve ser informada da sua ocorrência com pelo menos 15 dias úteis de antecedência.

Como conclusão, desde que sejam garantidas as condições acima expostas, não existem quaisquer outras objeções à implementação deste projeto com afetação da faixa de servidão de infraestruturas da RNT.

Ficamos ao dispor para eventuais informações adicionais.

Com os melhores cumprimentos

FRANCISCO
MANUEL
PARADA PEREIRA
SIMÕES COSTA

Digitally signed by
FRANCISCO MANUEL
PARADA PEREIRA
SIMÕES COSTA
Date: 2023.02.13
18:55:05 Z

Francisco Parada
Engenharia e Inovação
Qualidade, Ambiente, Segurança e Desempenho

ANEXO:

- Planta cruzamento RNT com área pedreira;
- Carta REN - 10052/2021 de 16 dezembro.

SOARVAMIL - Sociedade de Areias de Vale
Milhaços, Lda.

Av.ª Quinta de Valadares,
Quinta de Valadares

2855-516 Corroios

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
C.212874.011.jm	28-10-2021	REN - 10052/2021 ELEX	16/12/2021

Assunto: AIA da pedra de areia "Pinhal do Catelas"

Exmos. Srs.,

Acusamos a receção do V/ ofício com a referência C.212874.011.jm, com elementos relativos ao processo em assunto e solicitação de parecer relativo ao mesmo.

A REN - Rede Elétrica Nacional, S.A. (REN) é concessionária em regime de serviço público da RNT - Rede Nacional de Transporte de Energia Elétrica (RNT), que integra as linhas de Muito Alta Tensão (linhas elétricas com nível de tensão superior a 110 kV), subestações, interligações, instalações para a operação da rede e a rede de telecomunicações de segurança.

O local indicado é atravessado pelas Linhas Fernão Ferro - Trafaria 1 e 2, a 150kV, que integram a RNT, exploradas pela REN em regime de concessão de serviço público.

As citadas linhas foram instaladas e a respetiva servidão administrativa estabelecida nos termos do disposto no Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 26852, de 30 de Junho de 1936, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 446/76, de 5 de Julho, tendo a natureza de uma instalação de serviço público.

A REN tem necessidade de acesso aos apoios de linha da RNT principalmente em duas fases: na fase de construção (que pode ser na instalação inicial ou para renovação/substituição de apoios) e na fase de exploração para operações de substituição e/ou manutenção da infraestrutura.

Em ambas as fases indicadas, há sempre necessidade de acesso aos apoios para transporte dos meios humanos, de ferramentas, dos equipamentos e materiais indispensáveis à operação a realizar.

A título de exemplo, referimos o recurso a retroescavadoras para a execução de fundações e de autobetoneras para a respetiva betonagem. Já a montagem das estruturas metálicas dos apoios recorre, indicativamente, a camiões de 2 eixos com capacidade até 13 toneladas para o transporte de cantoneiras e a auto gruas com capacidade variável entre 25 e 120 toneladas (normalmente 1 por apoio) para o seu levantamento.

Para que seja garantida a permanente disponibilidade de acesso aos apoios e a viabilidade de realização das operações acima indicadas, requisitos obrigatórios para o cumprimento das obrigações da REN enquanto concessionária da RNT, os projetos com afetação na faixa de servidão da RNT, deverão prever:

- i. a não ocupação de uma área envolvente aos apoios com um limite mínimo de 30 metros centrados no ponto central do apoio existente;
- ii. garantir um acesso com a largura mínima de cerca de 5m a todos os apoios da RNT implantados na área de escavação.

Ambas as situações deverão ser previamente analisadas e validadas pela REN.

Pela análise dos elementos presentes do processo enviado, verifica-se que apenas é cumprida a não ocupação da área envolvente ao apoio, assim, a REN emite parecer favorável ao licenciamento do projeto, condicionado ao cumprimento do descrito nos pontos i) e ii) deste parecer.

Com os melhores cumprimentos,


Direção Exploração
Albertino Meneses
(Diretor)



Simbologia

- Apoios das linhas a 150kV (RNT)
- Linhas a 150kV (RNT)
- Limite da pedreira
- Unidade industrial de lavagem
- Área de lavra

0 200 m

REN

Direção Gestão Ativos e Planeamento de Rede
Rua Ofélia Diogo Costa, 45
4149-022 Porto
Tel:220 012 8 53
Fax:220 012 98 8

Exmos/as. Senhores/as
CCDR LVT - Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Rua Alexandre Herculano, 37
1250-009 LISBOA

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
S00072-202301- DSA/DAMA	03-01-2023	Carta/21/2023/DAPR	10-02-2023
450.10.229.01.00051.2022			

Assunto: Pedreira Pinhal do Catelas (Conc. Seixal)

Exmos/as. Senhores/as

Respondendo à solicitação de Vossas Exas. sobre o referido assunto, vimos por este meio dar conhecimento da apreciação da E-REDES^(*) sobre as condicionantes que o projeto em causa poderá apresentar, na atividade e nas infraestruturas existentes ou previstas por esta empresa.

Verifica-se que a Área do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto (conforme Planta em Anexo), tem na sua vizinhança, ou interfere com infraestruturas elétricas de Média Tensão, Baixa Tensão e Iluminação Pública, integradas na Rede Elétrica de Serviço Público (RESP) e concessionadas à E-REDES.

A área do EIA é atravessada pelos traçados aéreos e subterrâneos das Linha de Média Tensão a 15 kV (1) "LN 1510L2002335 Soarvamil II" (TRA1|AP4-AP5 e TRS de serviço particular|AP5-PT, posto de transformação de serviço particular); (2) "LN 1510L2003805 C.M. Almada (Furo FR7)" (TRS2|PT, posto de transformação de distribuição "PT 1510D20445 Anémoma" - PT, posto de transformação de serviço particular) (conforme Planta em Anexo).

Na vizinhança da área do EIA, encontram-se estabelecidos traçados aéreos e subterrâneos de Redes de Baixa Tensão e Iluminação Pública (ligadas aos postos de transformação de distribuição "PT 1510D20445 Anémoma", PT 1510D20719 Margaridas, "PT 1510D20584 Rectângulo" e "PT 1510D20537 Trapézio") (conforme Planta em Anexo).

Todas as intervenções no âmbito da execução do EIA do Projeto, ficam obrigadas a respeitar as servidões administrativas constituídas, com a inerente limitação do uso do solo sob as infraestruturas da RESP, decorrente, nomeadamente, da necessidade do estrito cumprimento das condições regulamentares expressas no Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão (RSLEAT) aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/92 de 18 de fevereiro e no Regulamento de Segurança de Redes de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão (RSRDEEBT) aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 90/84 de 26 de dezembro, bem como das normas e recomendações da DGEG e da E-REDES em matéria técnica.

Informamos que, por efeito das servidões administrativas, associadas às infraestruturas da RESP ou decorrentes do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) no território continental (Decreto-lei n.º 82/2021 de 13 de outubro), os proprietários ou locatários dos terrenos na área do EC, ficam obrigados a: (i) permitir a entrada nas suas propriedades das pessoas encarregadas de estudos, construção, manutenção, reparação ou vigilância dessas infraestruturas, bem como a permitir a ocupação das suas propriedades enquanto durarem os correspondentes trabalhos, em regime de acesso de 24 horas; (ii) facultar os necessários acessos às entidades responsáveis pelos trabalhos de gestão de combustível (artigo 56º do SGIFR); (iii) não efetuar nenhuns trabalhos e sondagens na vizinhança das referidas infraestruturas sem o prévio contacto e obtenção de autorização por parte da E-REDES; (iv) assegurar o acesso aos apoios das linhas, por corredores viários de 6 metros de largura mínima e pendente máxima de 10%, o mais curtos possível e sem curvas acentuadas, permitindo a circulação de meios ligeiros e pesados como camião com grua; (v) assegurar na envolvente dos apoios das linhas, uma área mínima de intervenção de 15 m x 15 m; (vi) não consentir, nem conservar neles, plantações que possam prejudicar essas infraestruturas na sua exploração (artigo 54.º do Decreto-lei n.º 26852), sendo recomendável que não sejam plantadas espécies florestais de rápido crescimento na largura da Zona de Proteção (ZP) das linhas aéreas, de forma a minimizar a possibilidade de serem colocadas em causa as distâncias de segurança entre a vegetação e os condutores das linhas.

No que se refere à constituição de Faixas de Gestão de Combustível (FGC), a E-REDES apenas executa uma intervenção que lhe é imposta, nos termos e condições previstos no SGIFR. Para o efeito, tem prevista a execução de rede secundária de FGC na envolvente do traçado aéreo da referida Linha de Media Tensão a 15 kV “LN 1510L2002335 Soarvamil II” (AP4-AP5) que atravessa a área do EIA em 0,01 hectares, nos anos 2024, 2027 e 2030, no âmbito do cronograma de intervenções da proposta a incluir no Programa Sub-Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Área Metropolitana de Lisboa, para o Concelho do Seixal.

Os referidos trabalhos são priorizados para o 1.º semestre de cada um dos anos de intervenção indicados, tendo em vista satisfazer o propósito das FGC a constituir, sendo precedidos das comunicações previstas no SGIFR. Tendo em vista o cumprimento do enquadramento legal em que se inserem os trabalhos de gestão de combustíveis associados às intervenções de corte da vegetação referentes quer à constituição da FGC, quer à salvaguarda da ZP da referida linha aérea, a E-REDES exige e promove a aplicação das melhores práticas florestais junto dos seus prestadores de serviço.

No que respeita ao material lenhoso, resultante da execução da FGC, deve o proprietário ter conhecimento que: (i) poderá proceder à recolha do material lenhoso com valor comercial resultante da operação de gestão de combustível; (ii) o período para recolha do referido material lenhoso, deve ter a duração mínima de sete dias após a conclusão da operação; (iii) na falta de recolha dentro do prazo referido, os mesmos poderão ser removidos e apropriados pela entidade responsável pela gestão do combustível.

Em caso de oposição à execução dos trabalhos de gestão de combustível, será instruído o procedimento a que se refere o artigo 57.º do SGIFR e a execução desses trabalhos será exigível ao proprietário, sem prejuízo da contraordenação a que haja lugar.

Alertamos, ainda, para a necessidade de serem tomadas todas as precauções, sobretudo durante o decorrer de trabalhos, de modo a impedir a aproximação de pessoas, materiais e equipamentos, a distâncias inferiores aos valores dos afastamentos mínimos expressos nos referidos Regulamentos de Segurança, sendo o promotor e a entidade executante considerados responsáveis, civil e criminalmente, por quaisquer prejuízos ou acidentes que venham a verificar-se como resultado do incumprimento das distâncias de segurança regulamentares.

Uma vez garantida a observância das condicionantes e precauções acima descritas, em prol da garantia da segurança de pessoas e bens, bem como o respeito das obrigações inerentes às servidões administrativas existentes, o referido projeto merece o nosso parecer favorável.

Com os melhores cumprimentos,


Direção de Gestão de Ativos
e Planeamento de Rede




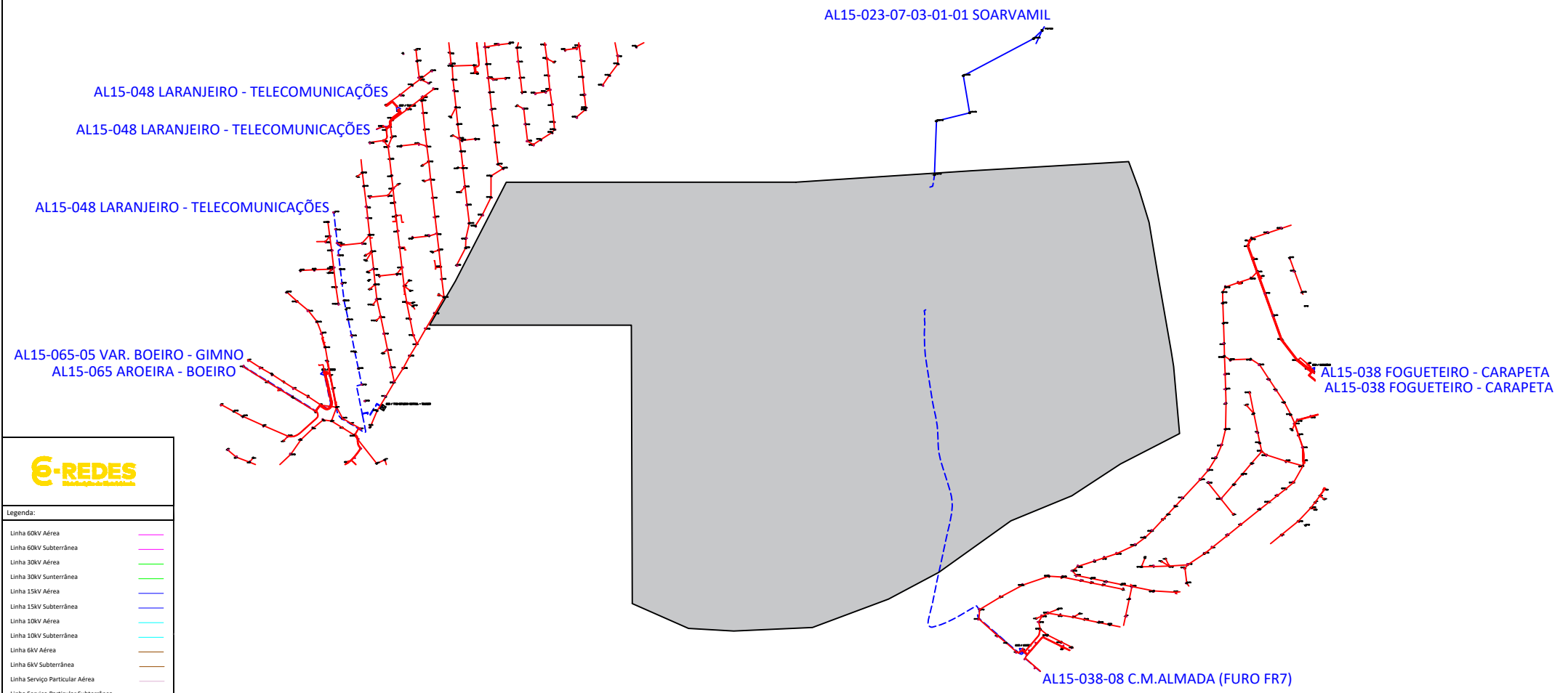
José Carvalho Martins
(Consultor)

(*) Por imposição regulamentar, a EDP Distribuição agora é E-REDES.

Anexo: O referido no Texto.

 Pedreira Pinhal do Catelas [Anexo da Carta].pdf

 Pedreira Pinhal do Catelas.dwg



Legenda:	
Linha 60KV Aérea	
Linha 60KV Subterrânea	
Linha 30KV Aérea	
Linha 30KV Subterrânea	
Linha 15KV Aérea	
Linha 15KV Subterrânea	
Linha 10KV Aérea	
Linha 10KV Subterrânea	
Linha 6KV Aérea	
Linha 6KV Subterrânea	
Linha Serviço Particular Aérea	
Linha Serviço Particular Subterrânea	
Rede BT e IP Aérea	
Rede BT e IP Subterrânea	
Subestação REN	
Subestação E-REDES	
Produtor	
Posto de Corte	
Posto de Transformação de Distribuição	
Intervenções Previstas Realizar	
Apoio AT/ MT	
Área de Estudo	
Concelho	
Nome do Desenho:	
Área do Estudo de Impacte Ambiental (EIA)	
Pedreira Pinhal do Catelas	
Notas:	



AUTORIDADE NACIONAL
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL

C/c: CSREPC Península de Setúbal

1591 14 FEV '23

Exma. Senhora
Presidente da
Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale
do Tejo
Arq. Maria Teresa Mourão de Almeida
Rua Alexandre Herculano n° 37
1250-009 Lisboa

V. REF.
S00073-202301-
DSA/DAMA

V. DATA

N. REF. OF/1154/DRO/2023

N. DATA

ASSUNTO

Procedimento de AIA do Projeto "Pedreira Pinhal do Catelas" - Parecer específico

Exma. Senhora Presidente:

Em resposta ao solicitado através do vl ofício em referência, e tendo-se verificado que o Relatório Síntese não dedica ao descritor "Riscos" o mesmo grau de detalhe que aos restantes, considera-se que na perspetiva da Proteção Civil, apesar do EIA identificar e propor genericamente algumas medidas mitigadoras relativas à segurança de pessoas e bens, não acautela outros aspetos que se consideram essenciais, o que condiciona o parecer desta Autoridade.

Nesse sentido, atenta à tipologia do projeto e à sua localização, considera-se que as medidas evidenciadas no EIA devem ser complementadas com outras que contribuam, de forma antecipada, para a prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens, designadamente:

- Deverão ser adoptadas medidas de estabilização de acessos e taludes, durante a fase de exploração.
- Deverão ser garantidas as distâncias das zonas de defesa, referidas no artigo 4º do Decreto-Lei n° 270/2001, de 6 de outubro, na sua redação atual, relativamente aos objetos a proteger, nos termos do estabelecido no anexo II do referido diploma.
- Deverá ser melhorado o Plano de Segurança/Emergência da Pedreira, o qual deverá identificar e caracterizar os potenciais riscos associados à execução dos trabalhos (e seu eventual impacto, se algum, nas populações vizinhas) e definir procedimentos a levar a cabo

N. REF. OF/1154/DRO/2023

pela empresa responsável em caso de ocorrência de acidente ou outra situação de emergência, de forma a minimizar os potenciais efeitos negativos da(s) mesma(s). Tal Plano deverá conter medidas de prevenção e autoproteção para os riscos mais significativos associados ao projeto e/ou à sua envolvente, incluindo quanto ao cumprimento das normas de segurança respeitantes ao armazenamento de matérias perigosas no espaço físico do estaleiro e quanto à devida sinalização e compartimentação desses locais, com vista a minimizar a probabilidade de ocorrência de derrame, explosão ou incêndio.

- Deverá ser prevista a articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil e os Agentes de Proteção Civil locais (forças de segurança, corpo de bombeiros, outros) disponibilizando informação sobre o projeto, ações em curso e respetiva calendarização, de modo a possibilitar um melhor acompanhamento e intervenção em caso de acidente.
- Deverão ser asseguradas as acessibilidades e estacionamento privilegiado destinado aos meios de socorro a envolver em situações de acidente/emergência, durante a fase de exploração, bem como a acessibilidade e as condições de segurança para as populações dos aglomerados populacionais mais próximos.
- Durante a fase de exploração deverá assegurar-se a limpeza do material combustível na envolvente da Pedreira, de modo a garantir a existência de uma faixa de segurança contra incêndios, no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.
- Deverá ser acautelado o cumprimento do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, na sua atual redação, e demais portarias técnicas complementares, em particular a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, no âmbito da Segurança Contra Incêndios em Edifícios, relativamente às condições exteriores comuns e às condições técnicas de segurança aplicáveis aos edifícios de apoio, oficinas e armazém.

Ressalva-se, por fim, que, apesar de ter sido solicitado que o parecer incida igualmente sobre o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo, este instrumento de gestão territorial é da competência do ICNF que, enquanto *autoridade florestal nacional*, *colabora na definição da política florestal nacional* e *é responsável pelo sector florestal*, pelo que deverá ser a entidade privilegiada para se pronunciar nesse âmbito.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Nacional



Carlos Mendes

EC/

AUTORIDADE NACIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL
Av. do Forte | 2794-112 Carnaxide – Portugal
T.: 351 21 424 7100 | www.procivil.pt

Carlos Mendes
Diretor Nacional de
Prevenção e Gestão de Riscos
(em substituição)

Estudo de Impacte Ambiental do Projeto da Pedreira “Pinhal do Catelas” – Parecer da CM Seixal

Em resposta ao pedido de parecer efetuado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), na qualidade de Autoridade de AIA (Avaliação de Impacte Ambiental), ao abrigo do n.º 11 do art.º 14º do Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro que altera e republica o Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, a Câmara Municipal do Seixal emite, através do presente documento, o seu parecer sobre o Estudo de Impacte Ambiental referente ao projeto da Pedreira “Pinhal do Catelas”.

O presente parecer reúne as considerações dos serviços municipais com competências nos seguintes fatores ambientais:

- Clima e alterações climáticas;
- Recursos hídricos superficiais;
- Recursos hídricos subterrâneos;
- Qualidade das águas;
- Solos;
- Qualidade do ar;
- Ambiente sonoro;
- Sistemas ecológicos;
- Paisagem;
- Património;
- Território;
- Saúde humana.

O parecer incidiu igualmente sobre o Programa Florestal de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT) e risco de incêndio, tal como solicitado pela CCDR LVT.

Segue em anexo o Extrato da Planta de Ordenamento do PDM do Seixal em vigor, em resposta ao pedido de comprovativo da verificação do requisito previsto no n.º 2 do artigo 30.º “Solo Rural – Espaços Agrícolas ou Florestais” – do PDM do Seixal (Aviso n.º 2388/2015m de 04-03-2015 e subsequentes Correções Materiais) - Ofício com a Referência n.º S00848-202301-DSA/DAMA, Processo n.º 450.10.229.01.00051.2022, de 16-01-2023.

Importa referir que já houve em 2007 um procedimento de AIA do projeto de execução da pedreira do Pinhal do Catelas, para uma área de 78,2 ha, tal como se pode ver na Figura 1.

Foi emitida em 27 de fevereiro de 2008 DIA (Declaração de Impacte Ambiental) desfavorável, tendo em conta a incompatibilidade do projeto com os instrumentos de gestão territorial.

O projeto (Plano de Pedreira) agora apresentado tem uma área de 74,5 ha (744 570 m²), representada na Figura 2.



Fonte: fotografia aérea de 2004

Figura 1- Pedreira “Pinhal do Catelas” e área envolvente – EIA de agosto de 2007

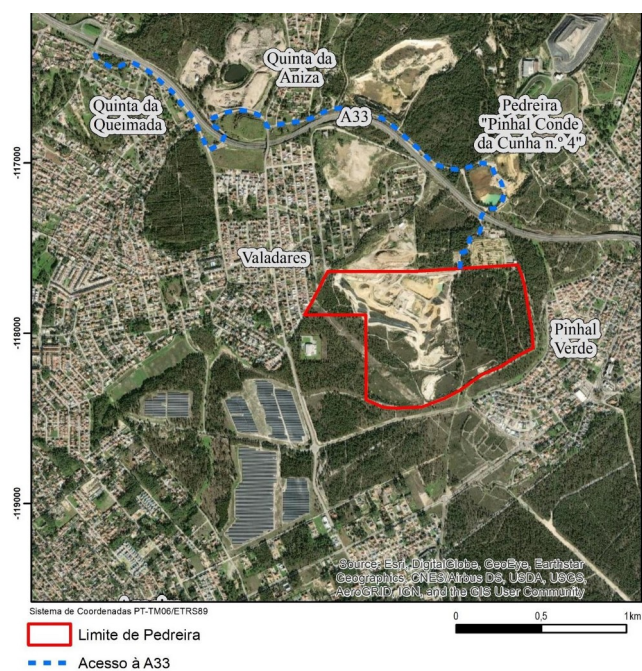


Figura 2. - Pedreira “Pinhal do Catelas” e área envolvente – EIA de julho de 2022

Foi efetuada a exploração de areias ao longo dos anos, tal como se pode verificar pela observação da figura do presente EIA. É referido no Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental que já se encontram intervencionados cerca de 27,1 ha (270 850 m²).

São apresentados no ponto 5 do Capítulo I. Enquadramento do Relatório Síntese, os antecedentes do projeto, entre os quais é referido que:

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março, a pedreira foi alvo de procedimento de regularização por se tratar de uma pedreira sem título de exploração.

O pedido de regularização foi submetido junto da DGEG em dezembro de 2015 em nome da Chambicor, por cedência da posição da Soarvamil.

Desse procedimento resultou a emissão do recibo comprovativo da apresentação do pedido, tendo sido emitido um título de exploração pela DGEG em 28 de junho de 2017, através de ofício, válido para o exercício da atividade na área intervencionada à data do pedido.

Na sequência desse procedimento de regularização a DGEG solicitou em setembro de 2019 a apresentação da deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da pedreira.

É referido que a Chambicor efetuou esse pedido à CM Seixal em janeiro de 2020 mas não obteve resposta, no entanto, após consulta do processo de obras não foi detetada nenhuma entrada nessa data, mas sim em maio de 2022, o qual está em tramitação.

Não tendo dado entrada qualquer pedido em 2020, não é correto afirmar que a falta de resposta por parte da CM Seixal levou à caducidade do título de exploração provisório que tinha sido emitido pela DGEG. Saliente-se contudo que não houve resposta em 2020 pelo facto de não ter havido pedido.

O principal objetivo do projeto é a obtenção de uma licença para a exploração e comercialização de areias para a indústria de construção civil e obras públicas.

Apresenta-se de seguida a análise dos fatores ambientais supra mencionados.

Análise dos Fatores Ambientais

Clima e alterações climáticas

A definição de alterações climáticas foi estabelecida pelo IPCC – Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas, cujo último relatório foi publicado recentemente, em 2021, denominado 6º Relatório de Avaliação (AR6). Estas alterações do clima não são homogêneas e têm impactes distintos em diferentes regiões, as quais também apresentam diferentes graus de vulnerabilidade.

A emissão de GEE é um fenómeno comum a vários sectores de atividade, justificando, por isso, o carácter transversal das políticas de mitigação das alterações climáticas e de adaptação aos seus efeitos.

Neste EIA do projeto da Pedreira “Pinhal do Catelas”, esta temática não é suficientemente desenvolvida, nem sustentada nas duas vertentes da mitigação ou de adaptação às alterações climáticas.

Em relação ao volume das emissões de GEE gerados, as mesmas não são contabilizadas nem existem projeções /cenarização no decorrer do projeto.

Em relação ao funcionamento dos equipamentos da Pedreira em estudo, e tendo em conta que são mencionados os equipamentos que requerem recursos elétricos e gasóleo, apenas apresentam os valores de consumo dos mesmos, não identificando os impactes ambientais daí provenientes.

Não são apresentadas as emissões anuais de CO₂eq associadas ao consumo de energia elétrica e gasóleo, que resultam dos Consumos energéticos anuais de energia elétrica e gasóleo.

3.3.2. Fornecimento de eletricidade

O fornecimento de eletricidade para as instalações de apoio, incluindo a unidade industrial, é assegurado por um posto de transformação instalado na pedreira.

O posto de transformação possui uma potência de 1000 kVA, prevendo-se um consumo mensal da ordem dos 560 000 kW.

De referir que os equipamentos móveis possuem motores de combustão a gasóleo, não necessitando, por isso, de energia elétrica para funcionar.

Existe ainda um gerador de energia elétrica junto à unidade industrial que funcionará apenas em situações de falha de energia da rede pública.

Estima-se que o consumo de água atinja um volume de aproximadamente 120 000 m³/ano, maioritariamente, para reposição das perdas inerentes ao processo de lavagem das areias.

A água para consumo humano será adquirida engarrafada, existindo bebedouros próprios para ingestão e armazenamento da água.

3.3.3. Fornecimento de combustível

O abastecimento de gasóleo aos equipamentos móveis será assegurado diariamente a partir de um depósito de combustível móvel, instalado sobre uma *pick-up* que se deslocará a cada equipamento para os necessários abastecimentos, não existindo nem estando prevista a instalação de qualquer depósito para armazenamento de combustível na área da pedreira. Essa *pick-up* será abastecida a partir de um



depósito de combustível pertencente a outro estabelecimento industrial, fora da área da pedreira, que possui as necessárias condições de segurança para o armazenamento, nomeadamente a existência de bacia de contenção e ilha de abastecimento com encaminhamento de águas para separador de hidrocarbonetos.

Prevê-se um consumo anual de gasóleo na ordem dos 250 000 L.

No ponto 7.3 Medidas Específicas, não são contabilizados os impactos provenientes do projeto, atendendo que a exploração deverá estar concluída em cerca de 17,4 anos, considerando uma estimativa da produção da pedreira em cerca de 800 000t/ano.

Ou seja, o projeto entregue não apresenta grau de maturidade em relação à responsabilidade com o factor de mitigar as Alterações Climáticas, propondo medidas assentes na descarbonização das atividades.

Em suma:

O fator ambiental "Clima e Alterações Climáticas", neste EIA elaborado em julho de 2022, foca-se pouco nos impactes de emissões de GEE para o território, sejam eles diretos ou indiretos.

Em relação à vulnerabilidade do território às Alterações Climáticas, *assentam na informação disponibilizada pela Ficha Climática de Lisboa (<http://climadapt-local.pt/>) não identificando o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (PMAAC-AML)*, instrumento este que poderá sustentar uma análise mais cuidada e que foi aprovado a 19/02/2020 pela AML.

Recursos hídricos superficiais

Tendo em atenção que a modelação prevista no Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP) prevê o enchimento completo dos vazios da escavação, e à especificidade da ocupação do território a jusante, densamente urbanizado e com estrangulamentos das linhas de água, entende-se que deve ser considerada a criação/manutenção de uma lagoa como bacia de retenção, com a finalidade de amortecer parte das águas de escorrência superficial de montante e menorizar assim os problemas de cheias a jusante.

Esta bacia que naturalmente será gerada durante a fase de extração de areias, deveria ser mantida após a desativação do areeiro e contemplada no PARP. O dimensionamento da bacia de retenção e a estimativa dos caudais afluentes correspondentes a um período de retorno até 100 anos terá que ser devidamente fundamentado através de um estudo hidrológico atualizado.

Recursos hídricos subterrâneos e Qualidade das águas

Verificando-se a existência de 5 captações de abastecimento público do Município do Seixal, nomeadamente do Sistema de Belverde, na envolvente da pedreira, não existe intersecção dos perímetros de proteção das referidas captações, em análise na ARHTO com o limite de implantação da pedreira.

Em função da monitorização efetuada aos níveis freáticos das referidas captações, não existem outros critérios a acrescentar ao plano de monitorização de águas subterrâneas proposto.

Em função da monitorização efetuada à qualidade das referidas captações, concorda-se com o plano de monitorização de qualidade das águas proposto, em termos de frequência, parâmetros e critérios de avaliação.

Relativamente ao furo de captação proposto, é fundamental que não constitua um risco de contaminação do aquífero confinado, devendo como tal, a sua execução ter um acompanhamento técnico especializado. Para uma boa qualidade das águas captadas, deverá ser garantida a inexistência de relações hidráulicas entre os sistemas aquíferos, inferior e superior, dada a sua diferente vulnerabilidade à contaminação.

Solos

A área de projeto insere-se num território de relevo aplanado sobre formações sedimentares do Plio-Plistocénico constituídas por areias, calhaus rolados, arenitos pouco consolidados e argilas onde, nas áreas ainda não artificializadas ou infraestruturadas, se desenvolve atualmente um tipo de vegetação com matos e povoamentos florestais, maioritariamente de pinhais.

Nesse âmbito, o projeto pressupõe a recuperação da camada de solos em todas as áreas intervencionadas e a intervencionar, quer pela escavação, quer pela abertura de acessos ou instalação de infraestruturas de apoio com recurso aos solos decapados. O solo, tendo sido devidamente acautelado e protegido, poderá ser utilizado posteriormente, sendo essa uma das melhores e mais eficazes formas de recuperação ambiental e paisagística, uma vez que, a utilização de solos provenientes do próprio local contém material genético natural, permitindo um desenvolvimento mais rápido do coberto vegetal original.

Importa contudo referir que de acordo com as estimativas apresentadas no Plano de Pedreira os materiais endógenos não são obviamente suficientes para garantir a reposição da topografia, mesmo que a estratégia a adotar seja a reposição parcial da mesma. Nestes termos, existe sempre a necessidade de introduzir materiais exógenos que serão sempre materiais que alteram as características do solo e do substrato original.

No sentido de minimizar os principais impactes no presente fator ambiental deverão ser devidamente acauteladas e programadas todas as medidas de minimização identificadas no EIA, em particular as seguintes:

- Decapar a camada superficial e mais produtiva dos solos e efetuar o seu adequado armazenamento e salvaguarda em pargas, em conformidade com o que se propõe no PARP, para assegurar a manutenção e conservação da qualidade produtiva destes solos, aquando da sua reposição nas operações de recuperação paisagística preconizadas;
- O aumento da utilização do volume de materiais exógenos face à viabilidade de aplicação noutras indústrias dos materiais endógenos da exploração deve ser devidamente monitorizado no sentido de evitar o risco da utilização de materiais que alterem significativamente as características de permeabilidade e infiltração, ou seja, deve ser dada atenção à granulometria destes materiais;
- Dar cumprimento às medidas preconizadas no projeto, que asseguram a manutenção adequada dos equipamentos e o adequado manuseamento de materiais que possam induzir a derrames e descargas no solo;
- Após a desativação da pedreira, toda a área intervencionada será recuperada com vista à viabilização de um sistema florestal tradicional, multifuncional, económica e ambientalmente sustentável, minimizando os riscos de erosão e os impactes negativos gerados no fator solos durante as fases de exploração e de desativação.

Apesar de não ter sido equacionado um Plano de Monitorização para acompanhar a evolução dos impactes e a sua minimização no descritor solo, considera-se que deveria ser reavaliada a possibilidade de realizar amostragem aos solos exógenos no âmbito da execução da reposição da topografia, bem como, equacionada a amostragem nos terrenos já intervencionados à data do presente licenciamento, no sentido de avaliar as características das terras e rochas anteriormente depositadas.

Nesta questão considera-se que deveria ser complemento do presente estudo a representação em planta do limite relativo a área que será alvo de recuperação paisagística, ou seja, para além do limite da pedreira, a Peça Desenhada n.º 7 – Plano Geral de Recuperação Paisagística deveria ter representada toda a área que será alvo de reposição do relevo e de plantação, sementeira, como é o caso da área a norte do limite da Pedreira cuja reposição já teve o seu desenvolvimento, mas cuja recuperação do sistema florestal ainda não foi realizado (situação que pode ser confirmada na Figura 3, constituída pelos ORTOFOTOMAPAS desde 1998).

É possível constatar que existe uma área a norte do limite da Pedreira que vai ser alvo de intervenção através de sementeira herbácea-arbustiva, contudo esta área não está integrada no limite da área de intervenção. Também não se compreende porque razão não é identificada esta área com necessidades de drenagem e reposição do sistema florestal, uma vez que, de acordo com os elementos de representação geográfica referentes a períodos anteriores ao início da exploração, nesta área observa-se uma ocupação florestal e o atravessamento de linha de água afluente à Vala de Santa Marta (vide ORTOFOTOMAPAS, Cartografia Militar (Figura 4) e Reserva Ecológica Nacional (Figura 5)).

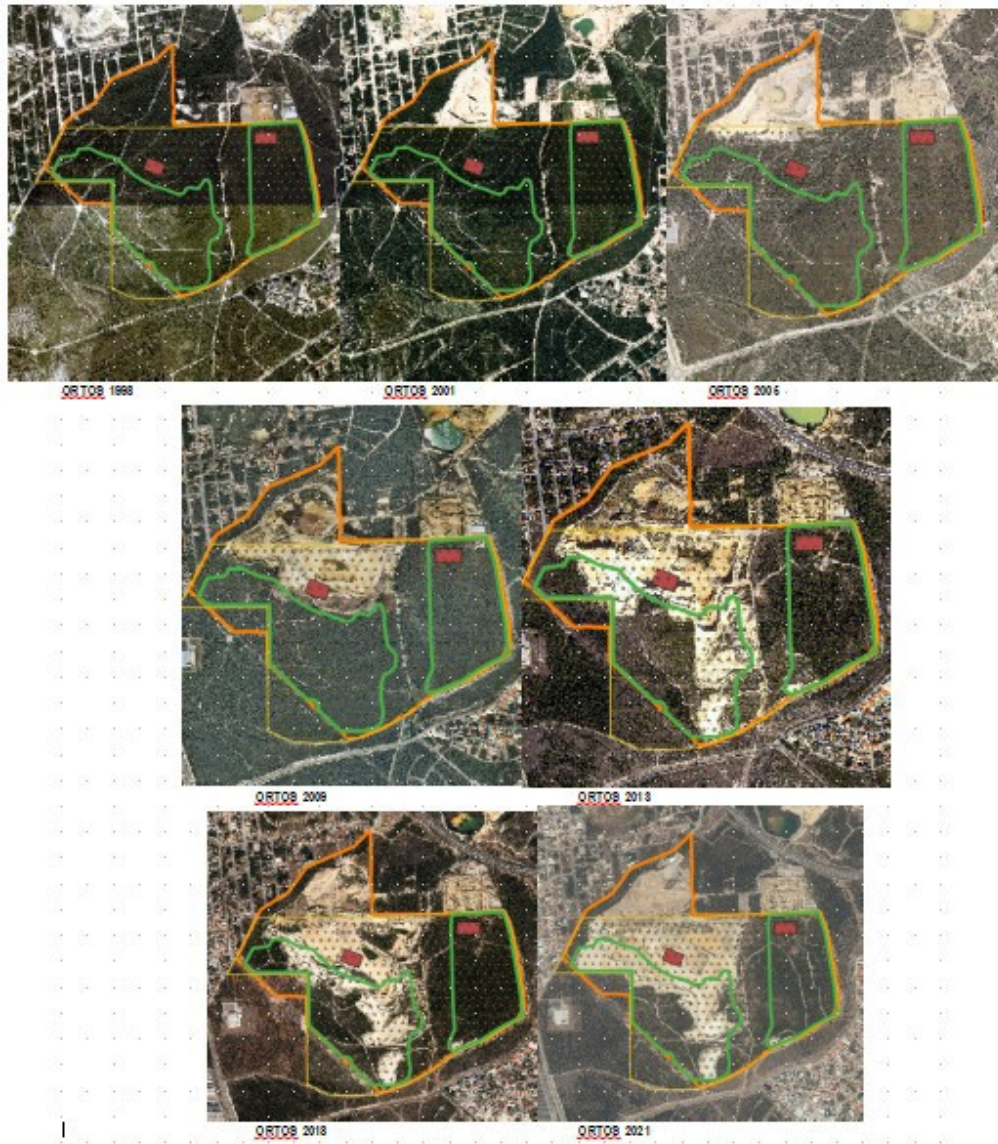
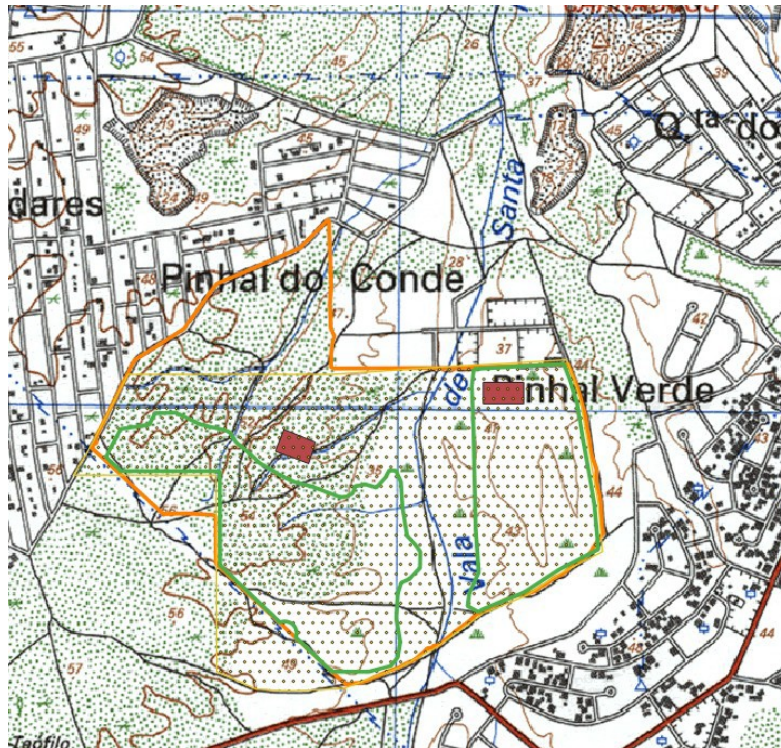
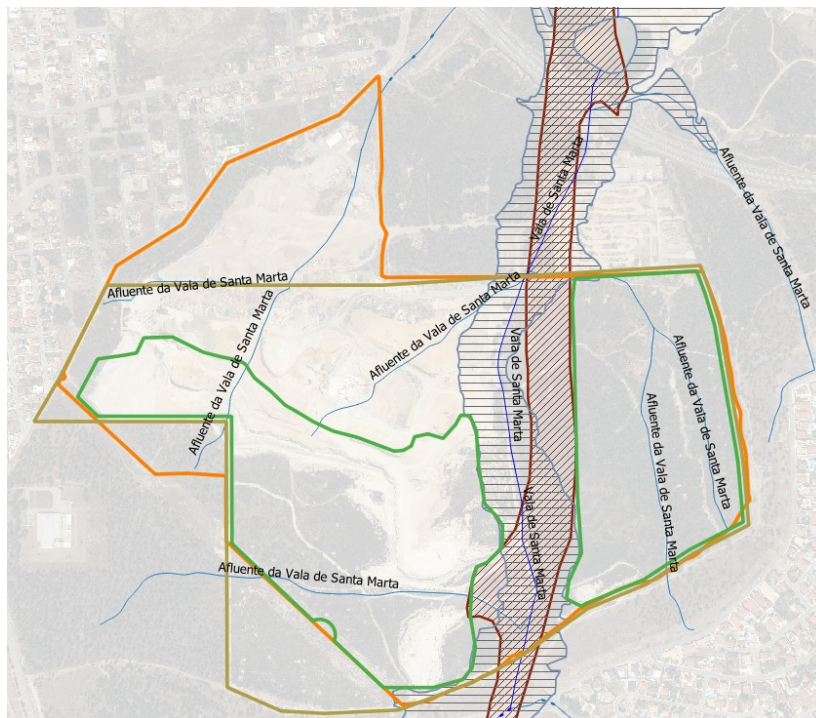


Figura 3 – Ortofotomapas da área da pedreira entre 1998 e 2021



Fonte: Cartografia Militar, 1993

Figura 4 – Vale de Santa Marta



Fonte: Carta da Reserva Ecológica Nacional

Figura 5 – REN - Vale de Santa Marta

Qualidade do ar

As partículas em suspensão (PM_{10} e $PM_{2,5}$) são o principal poluente atmosférico gerado na pedreira.

Para caracterizar a situação de referência no que respeita à qualidade do ar na área envolvente à pedreira foi realizada uma campanha de medições de PM_{10} durante 14 dias, entre 11 e 24 de julho de 2019 por um laboratório acreditado. O período de medição e os dois pontos de medição junto de recetores sensíveis, foram escolhidos pelo cliente.

Este período de medição não cumpre o critério de qualidade dos dados definido na legislação em vigor, segundo o qual teriam que ser efetuados 51 dias de medição (14%), podendo ser efetuada uma medição aleatória por semana, repartida de modo uniforme ao longo do ano, ou 8 semanas repartidas de modo uniforme ao longo do ano. Não há, por isso, representatividade sazonal nem temporal nestas medições.

É apresentado como anexo ao EIA o relatório com a apresentação e interpretação dos resultados das medições, elaborado por laboratório acreditado. Apesar de se ler no relatório que os resultados têm apenas carácter informativo e que, por isso, não podem ser comparados com os limites legais, essa comparação é efetuada no EIA.

Esta não é a única diferença entre o que consta no relatório das medições e na descrição da situação de referência do fator “Qualidade do Ar” no relatório síntese do EIA.

No relatório das medições é feita a comparação dos resultados obtidos nas medições nos dois pontos com as concentrações registadas no mesmo período nas duas estações da rede fixa da CCDR LVT mais próximas: a estação do Laranjeiro, Almada (estação urbana de fundo) e a estação de Paio Pires, Seixal (estação suburbana industrial).

Os valores registados nos dois pontos de medição acompanharam quase sempre os valores registados nas estações da rede de medição da qualidade do ar da CCDR LVT.

Na caracterização da situação de referência apresentada no EIA é feita a comparação dos resultados obtidos nos dois pontos de medição com as concentrações de 18 das 20 estações da Região de Lisboa e Vale do Tejo, incluindo as estações da aglomeração “Área Metropolitana de Lisboa Norte”, com estações com características tão específicas e tão diferentes da área em estudo, como é por exemplo da estação da Avenida da Liberdade.

É ainda referido erradamente no relatório síntese que a estação de fundo mais próxima é a dos Arcos, em Setúbal. A estação do Laranjeiro, que também é uma estação de fundo, está mais próxima.

São apresentadas estimativas de médias anuais para as PM_{10} nos dois pontos de amostragem, apresentando como fonte a CCDR LVT, não sendo claro como se obtiveram esses valores.

A monitorização das $PM_{2,5}$ só foi feita após pedido de elementos adicionais da CCDR LVT. Contudo, uma vez que teve início no mesmo dia em que cessaram os trabalhos na pedreira, apenas foi efetuada uma semana de medições num dos recetores (ponto P_1). Assim, apesar de ter sido emitido relatório que é apresentado em anexo ao Relatório Síntese, não é apresentada qualquer análise.

De acordo com a modelação efetuada, foi possível concluir que a laboração da pedreira será responsável pela ocorrência de impactes negativos pouco significativos, temporários, minimizáveis e reversíveis aquando do encerramento da pedreira.

Devem ser implementadas as medidas de minimização apresentadas para controlar as emissões difusas de partículas.

Está prevista monitorização apenas das PM_{10} .

Foi definido um período de 14 dias para a primeira monitorização. Se os resultados estiverem abaixo dos limites legais, as medições serão efetuadas 5 em 5 anos, passando a anuais, com período de 14% do ano civil (52 dias), se no 1º ano de monitorização forem ultrapassados os limites legais.

Considera-se que devia ser definido um período menor para a realização da monitorização (anual ou bienal), mesmo que os valores do 1º ano estejam abaixo dos limites legais.

Também se considera que deveria ser contemplada a monitorização das $PM_{2,5}$, uma vez que estas partículas, por serem de menor dimensão do que as PM_{10} , têm uma maior probabilidade de penetrarem mais fundo no aparelho respiratório, podendo atingir os alvéolos pulmonares e interferir nas trocas gasosas.

Ambiente sonoro

Após análise do descritor ambiental “Ambiente sonoro” conclui-se que o mesmo foi estudado de forma criteriosa e seguindo as normas técnicas e regulamentares em vigor. A localização da exploração e o cumprimento das zonas de defesa aos espaços habitacionais existentes permitem garantir um afastamento adequado, prevendo-se que a atividade de exploração de areias em análise não irá provocar acréscimo significativo aos níveis de ruído modelados para a situação de referência.

Acresce ainda constatar que o descritor em análise tem previsto um plano de monitorização que pretende analisar ao longo da execução do projeto os impactes junto dos recetores sensíveis na envolvente, estando igualmente previstas medidas de atuação em caso de desvios.

Pela análise do EIA conclui-se que os valores limite estabelecidos pela legislação para as atividades ruidosas permanentes serão cumpridos em todo os pontos considerados, que se encontra numa zona classificada como Zona Mista.

Apesar das conclusões apresentadas, o EIA equacionou algumas medidas de minimização que permitem limitar o ruído produzido pelos trabalhos, ao nível da sensibilização dos trabalhadores e no que respeita às condições mecânicas e de manutenção dos veículos e equipamentos afetos à exploração.

Neste contexto, recomenda-se que seja avaliada a possibilidade de programar trabalhos menos ruidosos para efetuar aos sábados, uma vez que se trata de uma atividade suscetível de alterações no ambiente acústico local em particular nos dias não úteis, que são dias de descanso dos residentes e cujo ambiente acústico é tendencialmente mais calmo.

Sistemas ecológicos e Paisagem

Após análise do fator ambiental “Sistemas Ecológicos”, considera-se que deveria ser complementado o presente estudo com o levantamento de todas as espécies arbóreas protegidas, nomeadamente espécies de sobreiros e espécies arbustivas protegidas, devendo ser devidamente representadas no levantamento topográfico ou outra peça desenhada específica. O levantamento das espécies deverá identificar o número de espécies que terão que ser abatidas, mas especialmente devem permitir identificar zonas que permitam fazer o aproveitamento da regeneração natural de espécies protegidas como o sobreiro, a azinheira e o azevinho ou outras espécies florestais privilegiadas nos termos do Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF-LVT), uma vez que a área de intervenção integra-se na sub-região homogénea Península de Setúbal do PROF-LVT, que com igual nível de prioridade visa a implementação e

o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: de produção, de proteção e de recreio e valorização da paisagem.

O EIA conclui, para o caso concreto dos sistemas ecológicos e paisagem, que os impactos serão significativos, mas minimizáveis com a implementação do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística que será realizado em concomitância com as operações de lavra. Será possível avaliar assim, durante a exploração, a integração paisagística das áreas que vão sendo recuperadas.

Contudo, à semelhança do informado no descritor “Solos” considera-se indispensável que o PARP e o limite de intervenção da recuperação paisagística seja revisitado e alterado tendo em consideração as áreas que já foram intervencionadas e que não estão abrangidas no Plano Geral de Recuperação Paisagística (Peça Desenhada n.º 7). Observando as imagens aéreas referentes ao ano de 2021 (ORTOFOTOMAPAS) é possível constatar algumas áreas a norte do limite da área de intervenção e algumas áreas no interior do limite de Pedreira que, segundo o EIA, não serão intervencionadas por colidirem com áreas classificadas de Reserva Ecológica Nacional. Nestas últimas é possível constatar que o revestimento do solo foi retirado o que leva a impactos significativos quer ao nível dos sistemas ecológicos, quer ao nível da erosão e perda de solo (*vide* Figura 6).

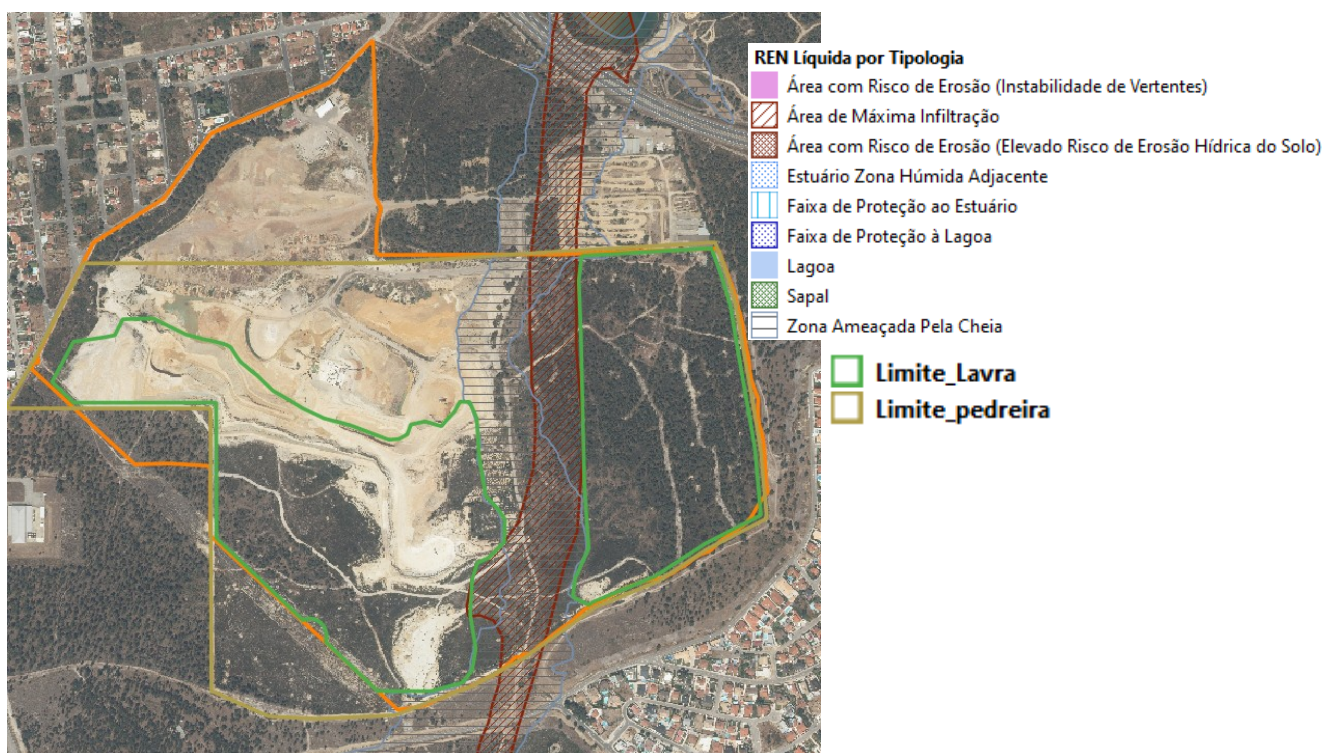


Figura 6 - Áreas de REN na área da Pedreira “Pinhal do Catelas”

Tal como referido nos descritores “solos” e “ocupação atual do solo”, o sistema ecológico associado às linhas de drenagem está igualmente omissa na planta da modelação final, ou seja, uma vez que a exploração de areias interrompeu linhas de drenagem naturais, algumas classificadas de domínio hídrico na Carta da REN do Município do Seixal, a sua recuperação deve ser feita na íntegra e até à descarga na linha de água principal. A renaturalização do leito de drenagem deve estar definido através de estudos hidrológicos e cálculos hidráulicos em todas as linhas de águas interrompidas.

Tal como as espécies vegetais protegidas, todas as linhas de água devem ser identificadas na Peça Desenhada n.º 7, identificando um sistema contínuo, ou seja, a Vala de Santa Marta deve estar

devidamente delimitada e a reposição do leito das linhas de água interrompidas pela exploração tem que ser devidamente acautelado até à Vala de Santa Marta, situação que não é garantida no PARP apresentado.

Para além da garantia do sistema de drenagem importa ressaltar que os leitos são sistemas ecológicos que servem de habitats de muitas espécies e necessitam de ser repostos e valorizados.

Património

De acordo com a informação presente no relatório do respetivo EIA, a equipa que realizou o estudo arqueológico da área de projeto não identificou quaisquer vestígios arqueológicos. Regista, contudo, um conjunto de elementos patrimoniais de âmbito etnográfico que podem ter alguma relevância cultural, nomeadamente os marcos delimitadores de propriedade que poderão recuar a algumas centenas de anos.

A não identificação de vestígios arqueológicos não significa a inexistência dos mesmos. Em trabalhos recentes têm-se vindo a identificar, na região envolvente à área de projeto, diversas ocorrências arqueológicas do período pré-histórico, identificadas na Figura 7, nomeadamente na Fábrica de Pólvora de Vale de Millhaços, Quinta da Aniza e Belverde. A vegetação densa de pinhal pode ser um dos fatores que torna a identificação deste tipo de realidade arqueológica difícil de observar, tal como o baixo conhecimento do potencial arqueológico da região.

Recomenda-se acompanhamento arqueológico de ações de desmatização e monitorização dos trabalhos pelo Serviço de Arqueologia do Município.



Figura 7 – Área de projeto com polígono a vermelho e pontos das ocorrências arqueológicas a norte e a sul.

Território

Este capítulo do EIA faz uma abordagem ao quadro estratégico de referência do projeto em estudo, demonstrando a sua compatibilidade com Programas, Planos e Instrumentos de Desenvolvimento Territorial. A área geográfica da pedreira “Pinhal do Catelas” incide num conjunto relevante de instrumentos de gestão territorial, nomeadamente:

- Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território ;
- Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
- Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo ;
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras Oeste ;
- Plano Diretor Municipal do Seixal ;

Foi analisada a pretensão, especificamente ao nível do enquadramento no Plano Diretor Municipal Seixal (PDMS) publicado em Diário da República n.º 44, 2.ª série, pelo Aviso n.º 2388/2015 de 4 de março de 2015, cumprindo informar que, quanto à localização proposta para a implantação da mesma e à sua conformidade com instrumento vigente aplicável à área em estudo, a planta de ordenamento - qualificação e classificação do solo (PO1), classificou parte em áreas de “Espaços Afetos à Exploração de Recursos Geológicos” e outra parte em áreas de “Espaços Agrícola ou Florestais” (Anexo I - Extrato da PO1).

Assim, tal como é referido no presente EIA, o regime de ocupação dos espaços agrícolas ou florestais encontra-se definido no n.º 1 do artigo 30.º do Regulamento do PDM, o qual determina que, nestes espaços podem desenvolver-se outras atividades ou outros usos compatíveis com a utilização dominante, designadamente o aproveitamento dos recursos geológicos.

Pelo exposto, a compatibilidade com o PDM é garantida desde que seja garantido o cumprimento das servidões e restrições de utilidade pública sobrepostas à área de intervenção. Importa referir que a área de intervenção por se localizar em área de reserva, constituída pelo facto de esta área possuir grande interesse geológico, caracterizado pela presença de maciço arenoso de expressão considerável, para além da compatibilidade de usos verificada, é efetivamente uma área estratégica e preferencial para a localização de explorações geológicas no Município do Seixal. Contudo, tal como referido no presente parecer considera-se que deverá ser delimitado novo limite da área de intervenção relativa à recuperação paisagística, por se considerar que atualmente a área intervencionada afetou áreas classificadas de Reserva Ecológica Nacional e não está a equacionar a reposição de leitos de linhas de água afluentes à Vala de Santa Marta, identificadas na cartografia militar e na Carta de Reserva Ecológica Nacional do Município do Seixal como linhas de domínio hídrico.

Por último, deve ser retificado no presente EIA e no estudo hidráulico e hidrológico da Vala de Santa Marta que, para além de linha de domínio hídrico, a Vala de Santa Marta é classificada de leito de curso de água de REN na Carta da REN do Município do Seixal.

Saúde humana

A Saúde Pública abrange uma série de sub-áreas do conhecimento que lhe conferem uma importante diversidade. A matéria em apreço enquadra-se na sub-área “Saúde Ambiental”, pretendendo-se verificar as possíveis relações entre os fatores ambientais e a saúde, propondo formas de mitigar os fatores de risco identificados.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, “Saúde ambiental são todos aqueles aspetos da saúde humana, incluindo a qualidade de vida, que são determinados por fatores físicos, químicos, biológicos, sociais e psicológicos no meio ambiente. Também se refere à teoria e prática de valorizar, corrigir, controlar e evitar os fatores do meio ambiente que, potencialmente, prejudicam a saúde das gerações atuais e futuras” (OMS, 1993).

A componente Saúde Humana do EIA da Pedreira de Areia “Pinhal do Catelas”, aborda os possíveis impactos ambientais sobre a saúde das pessoas, resultantes da poluição do ar, da água, o ruído/vibração, contaminação do solo, bem como as consequências das alterações climáticas. Sobre estes fatores de risco, o EIA aponta caminhos e medidas preventivas com vista à minimização dos seus impactos na saúde humana.

PROF LVT e Risco de Incêndio

Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) 2018 - Direção-Geral do Território (DGT)

A) O limite da implementação da pedreira (a vermelho na Figura 8) segundo a COS 2018 abrange as seguintes classificações:

- 1) 5.Florestas - 5.1.2.1 Florestas de pinheiro bravo (a verde na Figura 8)
- 2) 1.Territórios artificializados - 1.5.1.2 Pedreiras (a negro na Figura 8)

B) O limite da implementação da Lavra (a azul) segundo a COS 2018 abrange as seguintes classificações:

- 1) 5.Florestas - 5.1.2.1 Florestas de pinheiro bravo (a verde na Figura 8)
- 2) 1.Territórios artificializados - 1.5.1.2 Pedreiras (a negro na Figura 8)



Figura 8 - COS 2018

Análise da Perigosidade de Incêndio Rural

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF) criou recentemente uma Carta estrutural de perigosidade de incêndio rural. (2020-2030) contudo a Perigosidade do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Seixal (PMDFCI) vigente é a informação de base a considerar na presente análise apesar de ser uma cartografia menos recente.

Segundo o n.º 3 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 49/2022 de 19 de julho:

“...prevê a adaptação das APPS no âmbito das comissões sub-regionais de gestão integrada de fogos rurais, até 31 de março de 2023, mantendo-se, até lá, em vigor as cartas de perigosidade constantes dos PMDFCI.”

À data de hoje, o limite da Pedreira abrange uma área reduzida classificada como de Alta Perigosidade (assinalados a laranja na Figura 9) segundo a Cartografia do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Seixal (PMDFCI) e informa-se o seguinte:

- 1) No total as 3 aglomerações de pixéis perfazem 0,16 hectares (assinalados a laranja na Figura 9) ;
- 2) As 3 aglomerações de pixéis de Alta Perigosidade abrangem áreas classificadas no PDM em vigor como Solo Rural.

O zonamento da alta perigosidade de incêndio na área de implementação da pedreira é residual em termos representatividade e de área, e na sua maioria incide em áreas de “Territórios artificializados - 1.5.1.2 Pedreiras” segundo a COS 2018.

Por fotointerpretação dos ortofotomapas de 2021, verifica-se que a área de Alta Perigosidade (assinalada a laranja na Figura 10) se encontra em área improdutiva e em “...terreno estéril do ponto de vista da existência de comunidades vegetais ou com capacidade de crescimento muito limitada, quer em resultado de limitações naturais, quer em resultado de ações antropogénicas como as pedreiras, saibreiras, afloramentos rochosos, dunas e extrações de inertes...”. (vide Figura 11).

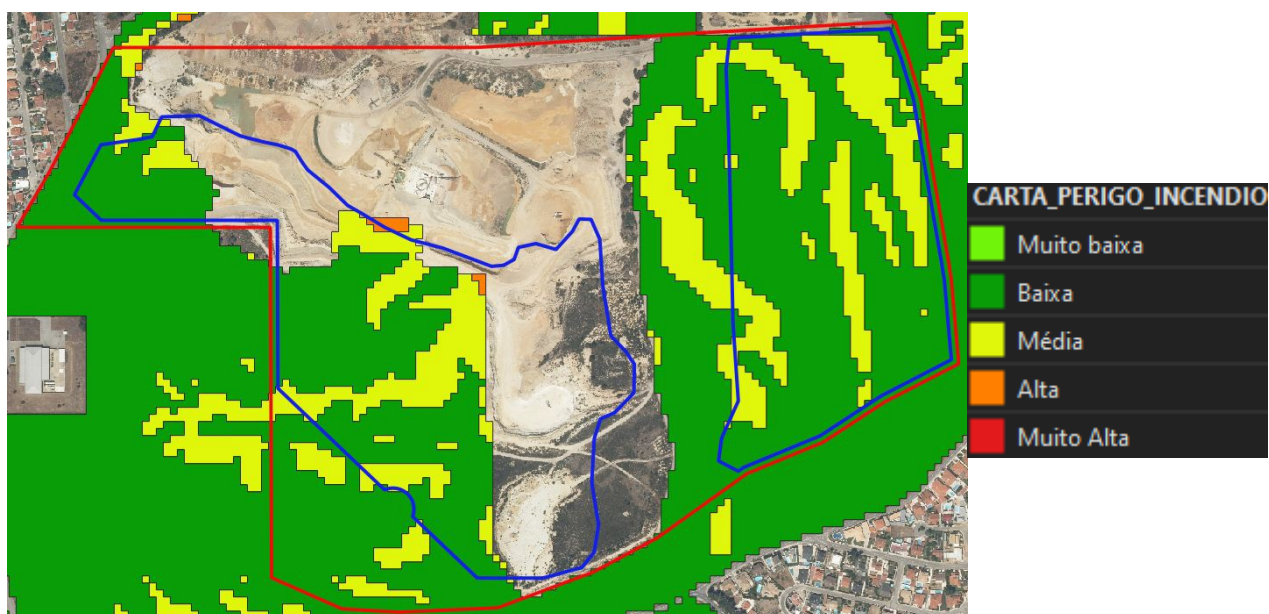


Figura 9 – Perigosidade de incêndio



Figura 10 – Alta perigosidade de incêndio vs COS2018

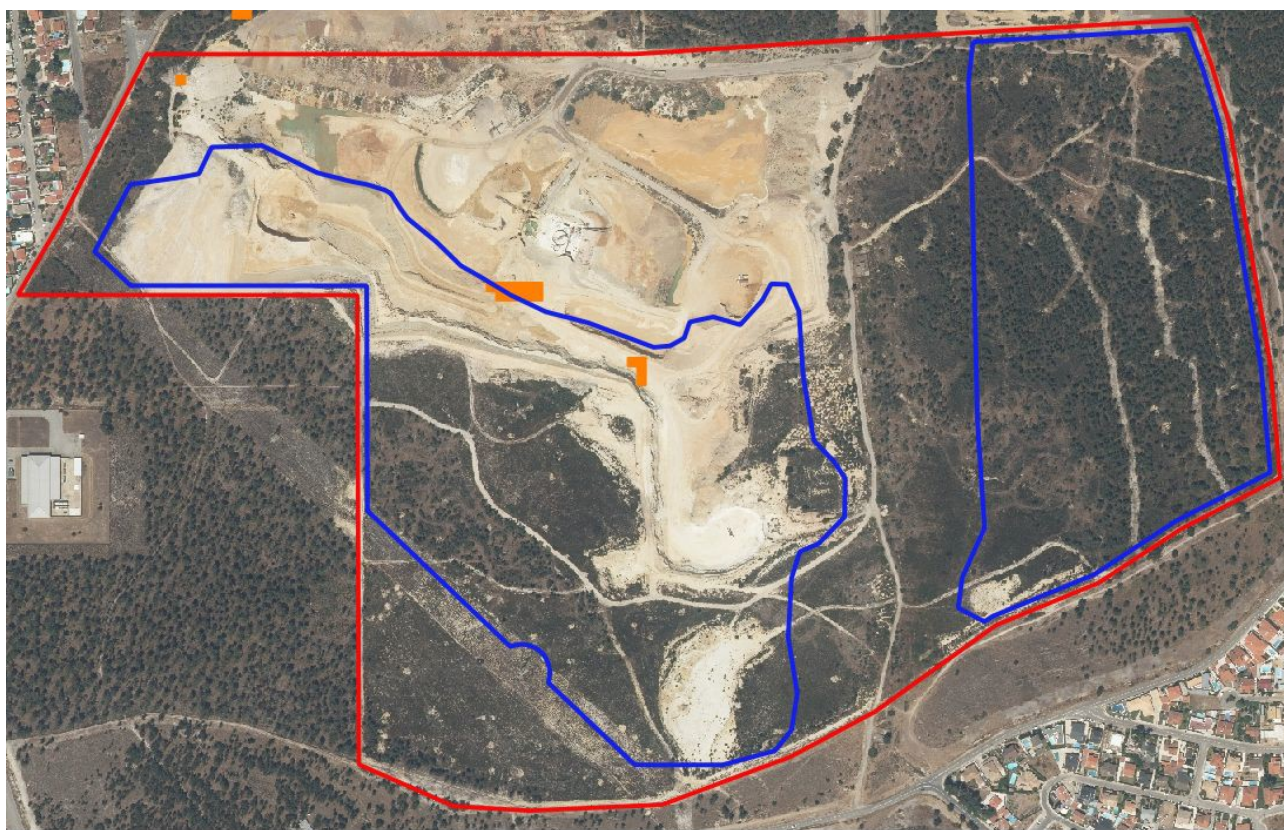


Figura 11 - Ortofotomapa de 2021 vs Alta perigosidade

Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível

1. O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) prevê Faixas de Gestão de Combustível (FGC) (Áreas Edificadas - n.º 6 do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro) com uma largura de 100 metros abrangendo parcialmente a área destinada à Pedreira.

As Faixas de Gestão de Combustível (FGC) (Áreas Edificadas – n.º 6 do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro) com uma largura de 100 metros encontram-se assinaladas a branco na Figura 12.

2. O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) prevê Faixas de Gestão de Combustível (FGC) (FGC da Rede Elétrica de Muito Alta Tensão e Alta Tensão - subalínea i) alínea c) do n.º 4 do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro) numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores, acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada um dos lados abrangendo abrangendo parcialmente a área destinada à Pedreira.

As Faixas de Gestão de Combustível (FGC) encontram-se assinaladas a laranja na Figura 12.

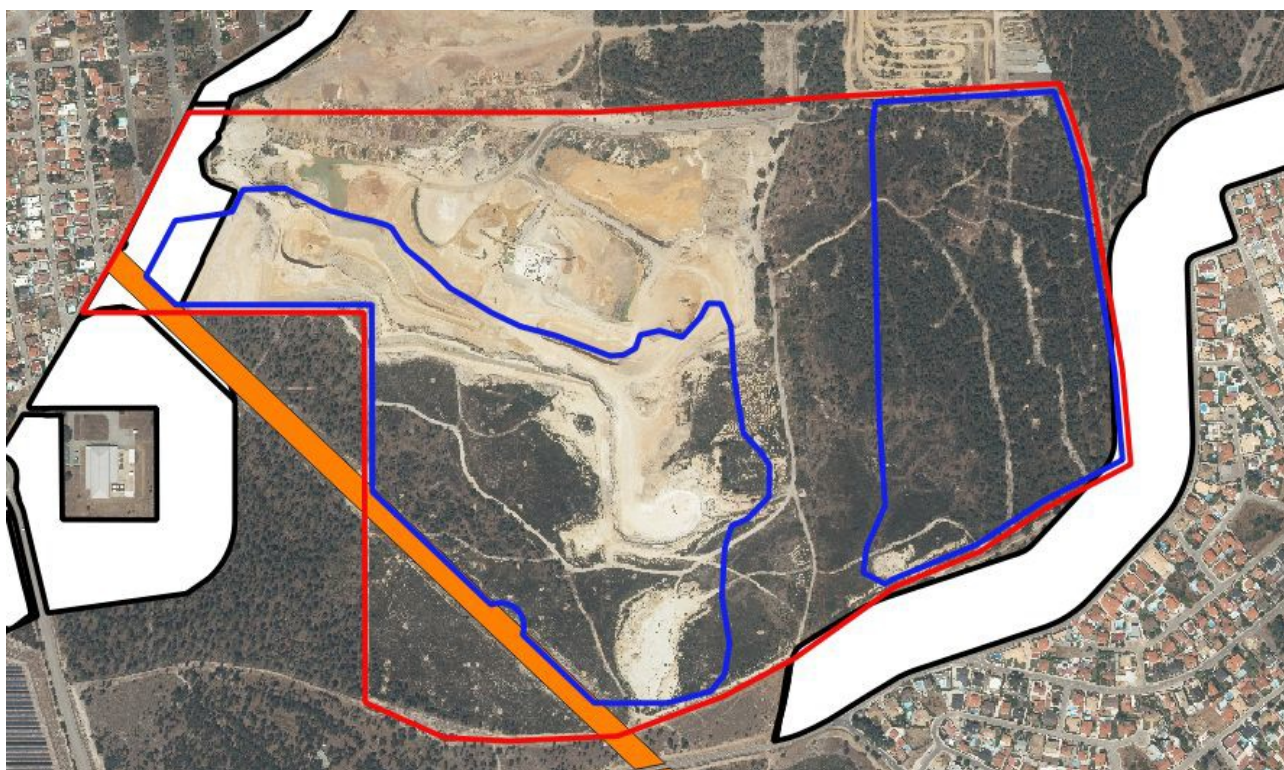


Figura 12 - Faixas de Gestão de Combustível (PMDFCI)

Por fotointerpretação dos ortofotomapas de 2021 (vide Figura 13), verifica-se que as manchas florestais (assinaladas com trama a verde) encontram-se ao longo da FGC da Rede Elétrica de Muito Alta Tensão abrangendo a área proposta de lavra (a Oeste) e no exterior da mesma a Noroeste. Toda a zona de lavra situada a Este possui área florestal e confina com área florestal a Oeste.

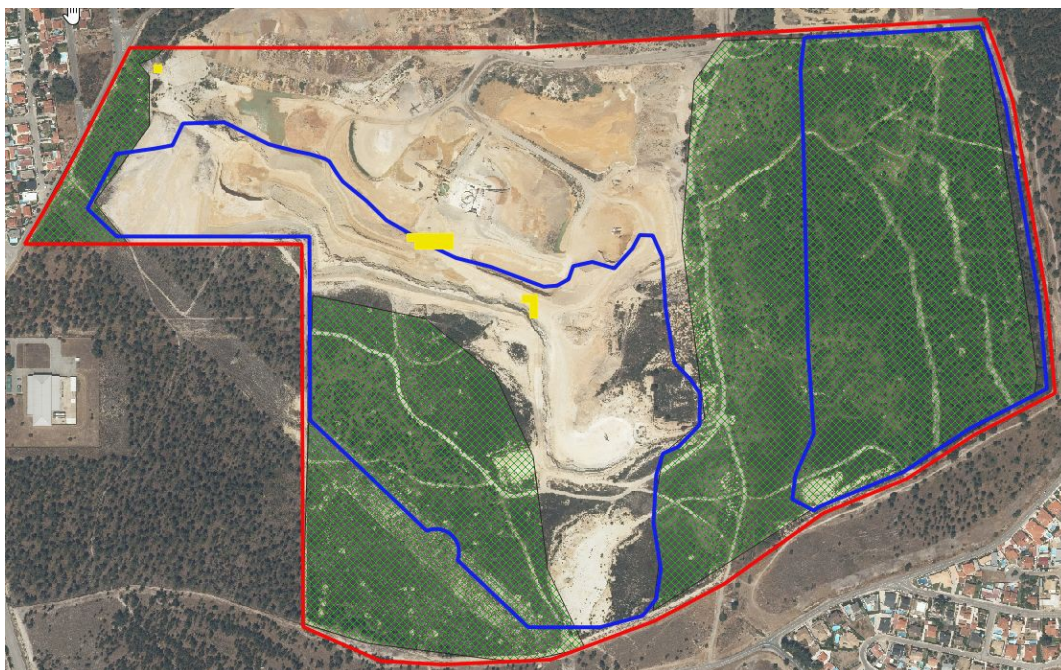


Figura 13 - Áreas florestais dentro do limite da pedreira vs Alta perigosidade

Necessidade da implementação da Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível

Segundo o artigo o Artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, a “1 - A rede secundária de faixas de gestão de combustível cumpre as funções referidas nas alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 47.º e desenvolve-se nas envolventes”:

(...)

d) Dos estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo e parques de caravanismo, das infraestruturas e parques de lazer e de recreio, das áreas de localização empresarial e dos estabelecimentos industriais, dos estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, dos postos de abastecimento de combustíveis, das plataformas logísticas e dos aterros sanitários;

(...)

Nesta situação à luz do *Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto mencionado na alínea d) do artigo o Artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro e como o descrito no Relatório Síntese - Estudo de Impacte Ambiental “...A extração da areia será realizada com recurso a meios mecânicos, sem necessidade do uso de explosivos, uma vez que o maciço é facilmente escavável.”* (Pág. II.7)

Neste sentido, e salvo melhor opinião não será necessário desenhar novas Faixas de Gestão de Combustível mas sim manter as existentes e previstas no atual PMDFCI, podendo de futuro as zonas de lavra serem contabilizadas para fazerem parte da descontinuidade.

Caso ocorra alteração do desenho de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) será feita em sede de Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios, futura e ainda não criada Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) (artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro).

Contudo, e segundo a Norma transitória - artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro na sua atual redação:

1 - Os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios em vigor produzem efeitos até 31 de dezembro de 2024, sendo substituídos pelos programas municipais de execução previstos no presente decreto-lei.

5 - As comissões municipais de defesa da floresta constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, mantêm-se em funções até à constituição das comissões municipais de gestão integrada de fogos rurais previstas no artigo 29.º nos respetivos concelhos, exercendo as competências atribuídas a estas últimas pelo presente decreto-lei.

Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT)

- A) O limite da implementação da pedreira não se sobrepõe total ou parcialmente na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) - Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho ;
- B) O limite da implementação da pedreira não se sobrepõe total ou parcialmente nas Zonas Especiais de Conservação - ZEC - Decreto Regulamentar 1/2020, de 16 de Março.
- C) O limite da implementação da pedreira não se sobrepõe total ou parcialmente sobre Corredor Ecológico;
- D) O limite da implementação da pedreira não foi percorrido por incêndios nos últimos 10 anos - Decreto-lei 55/2007, de 12 de Março.
- E) Verifica-se uma ligeira sobreposição do limite da zona de lavra com a REN.

Considerações Finais

O fator ambiental "Clima e Alterações Climáticas" foca-se pouco nos impactes de emissões de GEE para o território, sejam eles diretos ou indiretos.

Em relação à vulnerabilidade do território às Alterações Climáticas, o EIA assenta na informação disponibilizada pela Ficha Climática de Lisboa (<http://climadapt-local.pt/>) não identificando o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (PMAAC-AML), instrumento este que poderá sustentar uma análise mais cuidada e que foi aprovado a 19/02/2020 pela AML.

Relativamente aos "Recursos hídricos superficiais", entende-se que deve ser contemplada no PARP a criação/manutenção de uma lagoa como bacia de retenção, com a finalidade de amortecer parte das águas de escorrência superficial de montante e minorar assim os problemas de cheias a jusante, a qual será gerada durante a fase de extração de areias, e deverá ser mantida após a desativação do areeiro. O dimensionamento da bacia de retenção e a estimativa dos caudais afluentes correspondentes a um período de retorno até 100 anos terá que ser devidamente fundamentado através de um estudo hidrológico atualizado.

No que diz respeito aos "Recursos hídricos subterrâneos" o furo de captação proposto não deve constituir um risco de contaminação do aquífero confinado, devendo como tal, a sua execução ter um acompanhamento técnico especializado. Para uma boa qualidade das águas captadas, deverá ser garantida a inexistência de relações hidráulicas entre os sistemas aquíferos, inferior e superior, dada a sua diferente vulnerabilidade à contaminação.

Apesar de não ter sido equacionado um Plano de Monitorização para acompanhar a evolução dos impactes e a sua minimização no descritor "Solos", considera-se que deveria ser reavaliada a possibilidade de realizar amostragem aos solos exógenos no âmbito da execução da reposição da topografia, bem como, equacionada a amostragem nos terrenos já intervencionados à data do presente licenciamento, no sentido de avaliar as características das terras e rochas anteriormente depositadas.

Considera-se ainda que, para além do limite da pedreira, a Peça Desenhada n.º 7 – Plano Geral de Recuperação Paisagística deveria ter representada toda a área que será alvo de reposição do relevo e de plantação, sementeira, como é o caso da área a norte do limite da Pedreira cuja a reposição já teve o seu desenvolvimento mas cuja recuperação do sistema florestal ainda não foi realizado.

Relativamente à "Qualidade do ar", existem algumas diferenças entre o que consta no relatório das medições de PM₁₀ apresentado em anexo no EIA e elaborado por laboratório acreditado, e o que é referido na descrição da situação de referência do fator ambiental "Qualidade do Ar" no relatório síntese do EIA, nomeadamente as estações da rede fixa da CCDR LVT com que são comparados os resultados das medições e o facto das medições serem meramente indicativas por não ser sido cumprido o critério legal da qualidade dos dados, ao ter um período de medição de apenas 14 dias, referido no relatório e omitido no EIA.

Devia ser contemplada a monitorização das PM_{2,5}.

Em relação ao “Ambiente sonoro”, para além das medidas de minimização que permitem limitar o ruído produzido pelos trabalhos, recomenda-se que seja avaliada a possibilidade de programar trabalhos menos ruidosos para efetuar aos sábados.

Após análise do fator ambiental “Sistemas ecológicos”, considera-se que deveria ser realizado o levantamento de todas as espécies arbóreas protegidas, devendo ser devidamente representadas no levantamento topográfico ou outra peça desenhada específica. Esse levantamento deverá identificar o número de espécies que terão que ser abatidas, mas especialmente deve identificar zonas que permitam fazer o aproveitamento da regeneração natural de espécies protegidas como o sobreiro, a azinheira e o azevinho ou outras espécies florestais privilegiadas nos termos do PROF-LVT.

Considera-se indispensável que o PARP e o limite de intervenção da recuperação paisagística seja revisitado e alterado tendo em consideração áreas que já foram intervencionadas e que não estão abrangidas no Plano Geral de Recuperação Paisagística.

Todas as linhas de água devem ser identificadas na Peça Desenhada n.º 7, identificando um sistema contínuo.

Relativamente ao fator ambiental “Património”, a equipa que realizou o estudo arqueológico da área de projeto não identificou quaisquer vestígios arqueológicos, o que não significa a inexistência dos mesmos.

Recomenda-se acompanhamento arqueológico de ações de desmatção e monitorização dos trabalhos pelo Serviço de Arqueologia do Município do Seixal.

No que diz respeito ao fator ambiental “Território”, a compatibilidade com o PDM é garantida desde que seja garantido o cumprimento das servidões e restrições de utilidade pública sobrepostas à área de intervenção.

Deve ser retificado no presente EIA e no estudo hidráulico e hidrológico da Vala de Santa Marta que, para além de linha de domínio hídrico a Vala de Santa Marta é classificada de leito de curso de água de REN na Carta da REN do Município do Seixal.

O fator ambiental “Saúde Humana” aborda os possíveis impactos ambientais sobre a saúde das pessoas, resultantes da poluição do ar, da água, o ruído/vibração, contaminação do solo, bem como as consequências das alterações climáticas. Sobre estes fatores de risco, o EIA aponta caminhos e medidas preventivas com vista à minimização dos seus impactes na saúde humana.

O limite da implementação da pedreira não se sobrepõe total ou parcialmente na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) - Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, não se sobrepõe total ou parcialmente nas Zonas Especiais de Conservação - ZEC - Decreto Regulamentar 1/2020, de 16 de Março, não se sobrepõe total ou parcialmente sobre corredor ecológico definido no PROF-LVT e não foi percorrido por incêndios nos últimos 10 anos - Decreto-lei 55/2007, de 12 de Março.









Seixal, 6 de fevereiro de 2023

Anexo I

Extrato da Planta de Ordenamento do PDM do Seixal, em vigor



SOLO URBANO -
SOLO URBANIZADO

- | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Espaços Residenciais (ER) | | | | | | | |
| ER 1 - altura máxima 19 m | | | | | | | |
| ER 2 - altura máxima 13 m | | | | | | | |
| ER 3 - altura máxima 8 m | | | | | | | |
| Espaços de Atividades Econômicas (EAE) | | | | | | | |
| EAE 1 - Atividades Econômicas Compatíveis com a Função Residencial | | | | | | | |
| EAE 2 - Indústria e Logística | | | | | | | |
| EAE 3 - Indústria Transformadora Pesada | | | | | | | |
| Espaços Urbanos de Baixa Densidade (EUBD) | | | | | | | |
| Espaços Verdes (EV) | | | | | | | |
| Espaços de Uso Especial (EUE) | | | | | | | |
| EUE 1 - Equipamento de Utilização Coletiva | | | | | | | |
| EUE 2 - Cultura, Recreio e Lazer | | | | | | | |
| EUE 3 - Infraestrutura | | | | | | | |

SOLO URBANIZÁVEL

- | | | |
|---|---|---|
|  |  |  |
| Espacios Residenciales (ER) | | |
| ER 1 - altura máxima 19 m | ER 2 - altura máxima 13 m | ER 3 - altura máxima 8 m |

Espaços de Atividades Econômicas (EAE)

- EAE 1 - Atividades Econômicas Comparativas com a Função Residencial
EAE 2 - Indústria e Logística
EAE 3 - Indústria Transformadora Pesada
Espaços Urbanos do Baixo Densidade (EUBD)
Espaços Verdes (EV)

SOLO RURAL

SOLO URBANIZADO

- | | |
|---|---|
|  | Espazos Agrícolas ou Florestais (EAF) |
|  | Espazos Aíntos á Exploración de Recursos Geolóxicos (ERQ) |
|  | Espazos Naturais (EN) |
|  | EN 1 - Protección Paisaxística |
|  | EN 2 - Estuario |
|  | Espazos de Ocupación Turística (EOT) |

REDE VIÁRIA -

- | | | |
|---|----------------------------|-------------------|
|  | Rodovia (instante) | |
|  | Rodovia (proposta) | |
|  | Ferrovia Convencional | |
|  | Ferrovia Ligaria Existente | Metro Sul do Tejo |
|  | Ferrovia Ligaria Proposta | Metro Sul do Tejo |

GESTÃO DO TERRITÓRIO.

- ☐
- Límite UOPG _____
 Núcleos Urbanos Antigos (NUA) _____
 Espacio-Canal _____
 Área urbana y Peri-urbana Municipal

CARTOGRAFIA

- Limite administrativo do Município _____
 Carta base do Município _____
 Eixos de via _____
 Principais cursos de água _____

 Local em análise

A informação apresentada a baixo se à classificação e qualificação do solo e não dispense a consulta das respectivas plantas que constam à Planta de Ordenamento do PDM do Serral, disponível para consulta e download em <http://www.mtas.pt/pt/2015/informacao-ordenamento>



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Alameda dos Bombeiros Voluntários 45 2844-001 Seixal
Tel. 351 21 227 67 00 - Fax 351 21 227 67 01
NIPC 506 173 968

CCDRLVT
ENG.º JORGE DUARTE
RUA ALEXANDRE HERCULANO, 37
1250-009 LISBOA

Sua Referência
OFIC. N.º S00848-202301-DSA/DAMA
P.º N.º 450.10.229.01.00051.2022

Sua Data

Nossa Referência
OFIC. N.º 6623
P.º N.º 2023/450.10.229.01/1

Data de Expedição

28/02/2023

Assunto: Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projeto "Plano de Pedreira de areia "Pinhal do Catelas"" envio de declaração

A/C Eng.º Jorge Duarte

Exmos. Senhores,

No âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projeto "Plano de Pedreira de areia "Pinhal do Catelas"" e em resposta ao solicitado no V/ ofício com a Referência n.º S00848-202301-DSA/DAMA, Processo n.º 450.10.229.01.00051.2022, de 16-01-2023), junto se envia declaração que comprova o requisito previsto no n.º 2 do artigo 30.º "Solo Rural – Espaços Agrícolas ou Florestais" – do PDM do Seixal (Aviso n.º 2388/2015m de 04-03-2015 e subsequentes Correções Materiais), bem como o Extrato da Planta de Ordenamento do PDM do Seixal em vigor.

Com os melhores cumprimentos,

Bruno Santos

Vereador do Pelouro do Desporto,
Habitação, Ambiente e Bem-Estar Animal



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Alameda dos Bombeiros Voluntários 45 2844-001 Seixal
Tel. 351 21 227 67 00 - Fax 351 21 227 67 01
NIPC 506 173 968

Declaração

Paulo Alexandre da Conceição Silva, Presidente da Câmara Municipal do Seixal, com base na informação dos serviços, declara que ao nível do enquadramento no Plano Diretor Municipal Seixal (PDMS) publicado em Diário da República n.º 44, 2.ª série, pelo Aviso n.º 2388/2015 de 4 de março de 2015, cumprindo informar que, quanto à localização proposta para a implantação da mesma e à sua conformidade com instrumento vigente aplicável à área em estudo, a planta de ordenamento - qualificação e classificação do solo (PO1), classificou parte em áreas de “Espaços Afetos à Exploração de Recursos Geológicos” e outra parte em áreas de “Espaços Agrícola ou Florestais” (Anexo - Extrato da PO1).

Assim, tal como é referido no presente EIA, o regime de ocupação dos espaços agrícolas ou florestais encontra-se definido no n.º 1 do artigo 30.º do Regulamento do PDM, o qual determina que, nestes espaços podem desenvolver-se outras atividades ou outros usos compatíveis com a utilização dominante, designadamente o aproveitamento dos recursos geológicos, de acordo com o n.º2 do artigo 30.º do Regulamento do PDMS em vigor.

Nestes termos, segue em anexo o Extrato da Planta de Ordenamento do PDM do Seixal em vigor, como comprovativo da verificação do requisito previsto no n.º 2 do artigo 30.º “Solo Rural – Espaços Agrícolas ou Florestais” – do PDM do Seixal (Aviso n.º 2388/2015m de 04-03-2015 e sequentes Correções Materiais).

Seixal, 17 de fevereiro de 2023

Paulo Alexandre da Conceição Silva

Presidente da Câmara Municipal

Processo: 2/C/2011

<http://www.cm-seixal.pt/servicosonline>

**SOLO URBANO****SOLO URBANIZADO**

- Espaços Residenciais (ER)**
- ER 1 - altura máxima 19 m
 - ER 2 - altura máxima 13 m
 - ER 3 - altura máxima 8 m
- Espaços de Atividades Económicas (EAE)**
- EAE 1 - Atividades Económicas Compatíveis com a Função Residencial
 - EAE 2 - Indústria e Logística
 - EAE 3 - Indústria Transformadora Pesada

Espaços Urbanos de Baixa Densidade (EUBD)**Espaços Verdes (EV)****Espaços de Uso Especial (EUE)**

- EUE 1 - Equipamento de Utilização Coletiva
- EUE 2 - Cultura, Recreio e Lazer
- EUE 3 - Infraestrutura

SOLO URBANIZÁVEL

- Espaços Residenciais (ER)**
- ER 1 - altura máxima 19 m
 - ER 2 - altura máxima 13 m
 - ER 3 - altura máxima 8 m
- Espaços de Atividades Económicas (EAE)**
- EAE 1 - Atividades Económicas Compatíveis com a Função Residencial
 - EAE 2 - Indústria e Logística
 - EAE 3 - Indústria Transformadora Pesada
- Espaços Urbanos de Baixa Densidade (EUBD)**
- Espaços Verdes (EV)**



Local em análise

SOLO RURAL

- Espaços Agrícolas ou Florestais (EAF)**
- Espaços Afetos à Exploração de Recursos Geológicos (ERG)**
- Espaços Naturais (EN)**
- EN 1 - Proteção Paisagística
 - EN 2 - Estuário
- Espaços de Ocupação Turística (EOT)**

REDE VIÁRIA

- Rodovia (existente)
- Rodovia (proposta)
- Ferrovia Convencional
- Ferrovia Ligeira Existente - Metro Sul do Tejo
- Ferrovia Ligeira Proposta - Metro Sul do Tejo

GESTÃO DO TERRITÓRIO

- Limite UOPG
- Núcleos Urbanos Antigos (NUA)
- Espaço-Canal
- Área afeta à Defesa Nacional

CARTOGRAFIA

- Limite administrativo do Município
- Carta base do Município
- Eixos de via
- Principais cursos de água

A informação representada refere-se à classificação e qualificação do solo e não dispensa a consulta das restantes plantas que constituem a Planta de Ordenamento do PDM do Seixal, disponíveis para consulta e download em <http://www.cm-seixal.pt/pdm-2015/informacao-geografica>

M U N I C Í P I O D O S E I X A L
Divisão de Desenvolvimento Estratégico



Plano Diretor Municipal do Seixal
Planta de Ordenamento
Classificação e Qualificação do Solo

1:15 000
0 100 200 metros
Elipsóide GRS80
Datum ETRS89 PT-TM06

Cartografia 1:10000 (abril 2002)

23/01/2023